SOLIDARIEDADE

Mensal | Novembro 2014 Preço: 1 euro | 2.ª Série | N.º 187

Director Padre Lino Maia
Director-Adjunto Eleutério Alves

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS 4400 Devesas - V N Gaia
PORTUGAL CTT
TAXA PAGA
Autorizado pelos CTT a circular em invólucro fechado de plástico. Autorização DEO/415/204004/DCN Mensário da CNIS

EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA NO MASCULINO

Os homens na profissão típica de mulheres

ASSISTE, LEIRIA

Alteração do PDM permitirá construção do Lar

CS S. PEDRO, ALBERGARIA DOS DOZE

À espera de financiamento para criar mais 15 quartos

FAS3

Há 81 IPSS mais capazes para o futuro

FAS3 Formação Acção Solidária

EDITORIAL

Economia Social Solidária: conceitos e fronteiras

DECRETO-LEI 119/83

Estatuto das IPSS aguarda promulgação do PR

CONSELHO GERAL

Programa de Ação para 2015 apresentado em Fátima

Relatório de atividades de Outubro

No dia 2 de Outubro, José Casaleiro representou a CNIS em mais uma reunião do Grupo de revisão das respostas sociais, tendo sido aprovado na generalidade, as normas para a resposta social CAO.

No dia 2 de Outubro, em Torres Novas, decorreu o Seminário "Sustentabilidade e Qualificação no 3º Setor", uma iniciativa da Nersant em parceria com a UDIPSS-SANTARÉM. Participaram no seminário 100 representantes de 86 IPSS.

No dia 3 de Outubro, decorreu a sessão de abertura da 5ª Feira Social de Vila do Conde, organizada pela Rede Social de Vila do Conde e Câmara Municipal.

A CNIS esteve representada pelo seu Presidente.

No dia 3 de Outubro, no Porto, o representante da CNIS, Nuno Rodrigues, participou no I Encontro Bilateral de Entidades de Reabilitação Psicossocial e Saúde Mental da Galiza e do Norte de Portugal. Este encontro teve como finalidade a identificação de possibilidades de cooperação entre as entidades que intervêm no domínio da reabilitação psicossocial no Norte de Portugal e da Galiza.

Considerando os desafios do Plano de Acção para 2013-2020 (Mental Health Action Plan 2013-2020) aprovado pelos Estados membros da OMS, com claras implicações para a realização dos objectivos propostos na estratégia Europa 2020, por um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, torna-se imprescindível potenciar a cooperação entre instituições homólogas de regiões parceiras.

No dia 7 de Outubro, prolongando-se pelo dia seguinte, decorreu em Viseu, uma ação de formação organizada pela CNIS e Universidade Católica sobre "Avaliação de Desempenho". Estiveram representadas 18 IPSS num total de 27 participantes.

Formação de excelente qualidade, mantendo sempre o interesse e atenção dos formandos em todos os momentos. A União Distrital pretende levar a efeito uma segunda ação, para responder às inscrições iniciais que rondaram as 60.

No dia 10 de Outubro, em Lisboa, a UDIPSS Lisboa promoveu um momento de reflexão e debate sobre o papel reservado pela UE para o sector solidário, a dimensão da sua participação no crescimento económico e na criação de emprego e a resposta que, em termos europeus e nacionais, se espera no contexto da Estratégia Europa 2020, que contou com a presença do Presidente da CNIS no painel "A visão e o papel das IPSS", onde defendeu que o trabalho realizado pelo setor solidário em Portugal devia ser replicado a nível europeu, pois é de envolvimentosda comunidade e privilegia a integração dos mais desfavorecidos na sociedade. Adiantou que este setor tem "características importantes e que ninguém compreende na Europa, como o sejam o da palaridade, da solidariedade e da subsidiariedade". O ideal seria que se replicasse pela Europa o que se passa em Portugal" e, lembrou, que o setor solidário em Portugal emprega mais de 200 mil trabalhadores, apoia mais de 600 mil pessoas e representa cerca de 4,7% do Produto Interno Bruto. Para as IPSS se posicionarem e cumprirem os atuais desafios, o presidente da UDIPSS-Lisboa disse que as IPSS, precisam "manter a sua matriz identitária" que resulta do dinamismo das comunidades onde estas instituições nasceram para "dar resposta às necessidades concretas das comunidades".

Outro desafio é o da qualificação para todos os agentes que prestam este serviço "sem exceção" para que as suas respostas sejam "cada vez mais eficazes e orientadas para as necessidades concretas da população" que vão evoluindo. "É importante perceber quais são os incentivos que o Governo poderá trazer, por via desta estratégia, e também como vamos encaixar toda essa resposta nas dinâmicas das instituições", acrescentou o presidente da UDIPSS. Marcaram presença 327 instituições, de todo o país, maioritariamente do distrito de Lisboa.

No dia 14 de Outubro, a Unitate - Associação de Desenvolvimento da Economia Social (IPSS) levou a efeito o Colóquio "Economia Social - Novos Desafios", realizado no âmbito das comemorações do seu 1º Aniversário. A CNIS esteve representada por Eduardo Mourinha.

No dia 14 e 15 de Outubro, realizou-se em Setúbal a ação sobre "Avaliação de Desempenho". Participaram nesta ação 26 formandos.

No dia 20 de Outubro, em Fátima, perante uma plateia de cerca de 250 pessoas, na sua larga maioria dirigentes e técnicos, realizou-se a sessão de Encerramento do Projecto FAS3, que tinha como seu principal objectivo a "sustentabilidade" e como grande enfoque os 11 cursos de "Gestão para Dirigentes" que abrangeu 335 participantes.

No dia 20 de Outubro e seguinte, o representante da CNIS, José Casaleiro participou na Conferência "Os Direitos da Criança. prioridade para quando?", uma iniciativa do Instituto de Apoio à Criança, por ocasião do 25º Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança. Esta conferência reuniu um conjunto de especialistas de diversas áreas do saber, com estudos, pesquisas, ideias e trabalho sobre a Infância, assim contribuindo para o aprofundamento deste tema e, sobretudo, para o desenvolvimento de uma cultura de Direitos e de mais dignidade e bem-estar para a Criança.

No dia 24 de Outubro, na Figueira da Foz, realizou-se o Seminário sobre "Violência Doméstica", organizado pela Rede Interinstitucional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, cujo trabalho da atual Secretária Geral da Cnis foi referido como um excelente contributo para o êxito da Rede ao longo dos seus 10 anos. A CNIS esteve representada por Eduardo Mourinha.

No dia 24 de Outubro, a CNIS fez-se representar, através de João Dias e José Casaleiro, na cerimónia comemorativa do Dia Nacional do Mutualismo, subordinada ao tema «A Importância do Mutualismo no Mundo», onde se refletiu e trocaram experiências e saberes, quer sobre o Mutualismo, quer sobre a Economia Social Solidária.

No dia 27 de Outubro, em Fátima, reuniu o Conselho Geral da CNIS.

No dia 29 de Outubro, a "Engenho" procedeu à cerimónia simbólica do hastear da Bandeira Verde, nas instalações do seu Centro de Apoio Comunitário, depois de ter visto o seu trabalho de educação ambiental reconhecido, no âmbito do programa nacional Eco Escolas, através das boas práticas ligadas à proteção do ambiente. Esta iniciativa que, para além das crianças, idosos e colaboradores, contou com a presença do Vereador do Ambiente da Câmara Municipal de V.N. Famalicão, Pedro Sena, serviu para a Engenho assumir mais um compromisso ambiental aderindo ao Projeto Rios, com a adoção do Rio Guizande, afluente da margem esquerda do Rio Este, no troço que atravessa as freguesias da área de intervenção desta associação de desenvolvimento local, seguindo uma metodologia específica, serão realizadas várias ações como limpeza do rio, controlo da qualidade da água, eliminação de focos de poluição, estudo do ecossistema fluvial, proteção e estudo da fauna e flora ribeirinhas, inventariação do património, registo de vivências e recolha de memórias deste pequeno riacho que para além de modelar e referenciar a paisagem, matou a fome a muita de gente que por aqui viveu ao longo do tempo em sucessivas gerações, tendo o rio e a terra do vale como sustento.

No dia 30 de Outubro a Associação dos Lares Ferroviários organiza o "XII Encontro sobre Envelhecimento", na Sala da Cultura do Pavilhão Municipal do Entroncamento. O Encontro destina-se a Dirigentes, Profissionais e Estudantes da área do Envelhecimento e público em geral interessado na temática. A CNIS esteve representada por Eduardo Mourinha.

Economia social solidária: conceitos e fronteiras

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS

FOTO: D.R.

1. As confusões terminológicas em torno da Economia Solidária, da Economia Social e do Terceiro Setor são muitas e motivadas quer pelo modo como são percebidas, quer pelo debate académico que ainda é muito incipiente.

Existem diferenças importantes entre estes três conceitos, ligadas não somente aos diferentes contextos sociopolíticos em que emergiram, mas também a interpretações distintas acerca do papel que estas iniciativas desempenham na sociedade, em relação ao Estado e ao mercado.

Este editorial pretende ser o início de um pequeno contributo da CNIS para ajudar à sua clarificação mas, sobretudo, para ajudar as nossas Instituições a melhor perceberem o seu papel e o seu contributo para a sociedade.

2. Comecemos pelo termo Terceiro Setor, que é herdeiro de uma tradição anglo-saxónica, muito influenciado pela ideia de filantropia.

Esta abordagem identifica o terceiro Setor com as organizações sem fins lucrativos (*non-profit organizations*), juridicamente também conhecido como setor voluntário, e está particularmente ligado ao contexto norte-americano, onde praticamente não existe uma tradição de Estado Social.

Alguns autores definem as organizações do (*non-profit sector*) como sendo formais, privadas, independentes, não distribuem lucros e devem conter um certo nível de voluntariado. Se acrescentarmos a estas cinco caraterísticas mais duas, de não deverem ser políticas nem confessionais obtemos a classificação de Terceiro Setor conhecida pela sigla *International Classification of Non-Profit Organizations* (ICNPO)

Em contraste com a noção de Terceiro Setor, tipicamente norte-americana, estão as noções de Economia Social e Economia Solidária que se inscrevem num contexto europeu e estão relacionadas com o movimento associativista operário da primeira metade do século XIX e que se traduziu numa dinâmica de resistência popular.

Desta dinâmica foi emergindo um grande número de experiências solidárias, muito influenciadas pelo ideário do mutualismo, da cooperação e da associação.

Essas iniciativas associativistas, oriundas dos setores populares, recusaram a autonomia do aspeto económico em detrimento das dimensões social, política e cultural. Daí, ficarem conhecidas sob o rótulo de Economia Social.

A fisionomia destas iniciativas vai-se alterando ao longo da história. As ações que realizaram ganharam progressivamente o reconhecimento dos poderes públicos, o que resultou na elaboração de quadros jurídicos que lhes conferiram existência legal.

É nessa dinâmica que aparecem os estatutos das organizações cooperativas, mutualistas e associativas. Essa fragmentação da Economia Social conduziu a que as organizações se isolassem em função dos seus estatutos jurídicos e ao mesmo tempo se integrassem no sistema económico dominante.

As cooperativas inserem-se na economia mercantil, ocupando os "setores de atividade nos quais a intensidade capitalista permanecia fraca" (Laville, 2000) e as organizações mutualistas são quase que integralmente incorporadas na economia não mercantil praticada pelo Estado.

Do ponto de vista interno, esta dinâmica organizacional reflete a mudança no perfil dos quadros que as constituem: os militantes políticos, pouco a pouco são substituídos por profissionais de forte caráter tecno-burocrático. A dimensão técnica ou funcional da organização passa a primar sobre o seu projeto político.

A perspetiva de uma Economia Solidária desaparece, assistindo-se, no seu lugar, ao desenvolvimento de uma Economia Social que, ao longo do século XX, se torna altamente institucionalizada.

3. É justamente em relação às características atuais da Economia Social que se vem demarcar a noção de Economia Solidária. "O que nos leva a defini-la como experiências que se apoiam sobre o desenvolvimento de atividades económicas para a realização de objetivos sociais, concorrendo ainda para a afirmação de ideais de cidadania" (França Filho, 2002).

E continua o mesmo autor: "Defendemos a tese de que se elabora uma outra forma de regulação da sociedade através desse fenómeno (mesmo que ainda de forma modesta hoje), pois ele articula diferentes racionalidades e lógicas na sua ação, com suas múltiplas fontes de captação de recursos"

Nas iniciativas de Economia Solidária existem, ao mesmo tempo, a combinação de uma economia mercantil, não mercantil e não monetária: venda de um produto ou prestação de um serviço (recurso mercantil); subsídios públicos oriundos do reconhecimento da natureza de utilidade social da ação desenvolvida (recurso não mercantil); e trabalho voluntário (recurso não monetário).

Há ainda nesta conceção de Economia Solidária uma outra característica. Trata-se da construção conjunta da oferta e da procura, ou seja, os serviços prestados através das iniciativas de Economia Solidária vinculam-se às necessidades daqueles que deles necessitam.

Bem diferente do que ocorre na lógica da economia de mercado, que funciona na base de uma separação abstrata entre a oferta e a procura.

Como acabamos de constatar, a Economia Social e a Economia Solidária têm uma origem comum, mas a Economia Social foi-se institucionalizando, ou seja assumindo um papel reconhecido e apoiado pelo Estado, à medida que este foi assumindo crescentes funções providenciais. "As iniciativas mais espontâneas, inovadoras e democráticas, mais difíceis de enquadrar institucionalmente, foram ficando de fora e a Economia Solidária tornou-se assim a designação comum destas formas emergentes ou das formas tradicionais não enquadráveis" (Pedro Hespanha).

Esta breve reflexão não pretende mais do que ajudar a clarificar conceitos e a uniformizar a nossa linguagem. Espero, de algum modo, ter contribuído para isso.

Eu sinto-me cada vez mais confortável ao afirmar que as atividades desenvolvidas pelas nossas Instituições se enquadram na Economia Solidária.

Conclusões do 1º Encontro das IPSS da Saúde

O grupo de trabalho constituído pelo Sr Joaquim Vale (CNIS), Prof. Nuno Rodrigues (CNIS), Dr. Francisco Chaves (FETO), Dr. Elísio Barros (FETO), Dra. Virgínia Freitas (FPAT), Dra. Helena Paes (FPAT) e Dra. Rita Andrade (IPCA), organizou e dinamizou o 1º Encontro das IPSS da Saúde, apresentando abaixo as suas principais conclusões.

De referir que este 1º Encontro da Saúde, contou com a presença de 73 IPSS da área ou com projetos de intervenção na saúde, resultando a participação de 165 intervenientes.

Apresentam-se as 5 principais conclusões do Encontro e respetivas Recomendações, para que seja possível organizarem-se as futuras intervenções, junto das Parcerias, nomeadamente junto do Ministério da Saúde.

Principais Conclusões:

1 - Realização de Encontros Anuais das IPSS da Saúde, como espaço de reflexão conjunto e organizado com mesas de áreas de intervenção;

2 - Criação de uma UNIDADE TÉCNICA de SAÚDE no seio da CNIS para levantamento de serviços, ações, recursos técnicos e materiais das várias IPSS, criação de uma plataforma que partilhe a informação, reduzindo as vulnerabilidades aumentando a capacidade de intervenção e investigação como aumento da eficácia, estabelecendo parcerias com Universidades.

3 - Acordos Tripartidos nas áreas de intervenção das IPSS da Saúde (IPSS – M. Saúde - MSSS).

4 – Reconhecimento de que na área da Saúde não há Institucionalização.

5 – Reconhecimento da CNIS como Parceiro Estratégico do Ministério da Saúde.

Recomendações:

- Realização de Acordos de PARCERIA LOCAIS, cumprindo e assumindo as respetivas responsabilidades;

- Rentabilização e Dinamizar uma rede de cooperação, a nível concelhio, entre Instituições viabilizando o trabalho a tempo inteiro dos técnicos colocados, através dos Acordos, contabilizando o trabalho realizado nas comunidades locais, compartilhando as metodologias e os recursos tecnológicos destinados às atividades desenvolvidas pelas IPSS e pelos serviços públicos;

- Realização de Ações/Planos de Prevenção de Estratégias Locais, no Apoio no Domicilio e da DOR estabelecidas em Acordo, assim como a operacionalização dos serviços prestados pelas IPSS com prestação de serviços especializados à comunidade (prescrição de exames médicos, fisioterapia e outros, devidamente apoiados e em estreita articulação com os Centros de Saúde;

- Regulamentação da Legislação por forma a operacionalizar o estabelecido em Lei, melhorando a articulação com as estruturas locais de saúde, garantindo a circulação recíproca e confidencial da informação clínica relevante de cada utente e ainda a necessária regulamentação e ou alteração do quadro legal, relativo aos cuidados de saúde qua as IPSS prestam.

- Garantir o direito às prestações sociais dos pacientes, independentemente da situação se verificar no apoio no domicílio ou num internamento, por forma a ver garantida a subsistência do paciente (RSI ou prestações por doença mental ou deficiência);

- Rentabilizar os investimentos realizados com dinheiros públicos, operacionalizando o funcionamento das valências criadas;

- Realização de Acordos Preferenciais com IPSS, remetendo para segundo plano as instituições lucrativas;

- Á semelhança do que acontece com as Misericórdias, deverá facultar-se a abertura de Farmácias pelas IPSS que apresentem projetos nesse sentido, estabelecendo-se contacto/entendimento com o INFARMED e com a Ordem dos Farmacêuticos, estabelecendo Acordos com a Saúde, na colocação de um farmacêutico por cada 6 IPSS na região;

- As questões de fiscalidade devem em tudo ser iguais ou idênticas às Misericórdias;

- Definição clara dos conceitos de PARCERIA para que em todo o país as parcerias sejam respeitadas como tal, nomeadamente na definição das condições de funcionamento, nas regras a observar pelas partes e nas condições físicas das Instituições. Nos Acordos estabelecer as VISITAS de ACOMPANHAMENTO como atos de PARCERIA e não Tutelares, dado tratar-se de um Acordo e não de uma qualquer Convenção;

- Não encaminhar pacientes para fora da sua área de residência, quando existam no local recursos nas IPSS, por questões de humanização e económicas dos próprios;

- Prever, aquando do Quadro Comunitário, um Programa tipo Integrar para todas as áreas de intervenção das IPSS, por forma a rentabilizar a sua implementação no terreno;

- Realização de Encontros Especializados, tendo em conta as várias respostas e valências das IPSS da Saúde (ex: Cuidados Continuados, Toxicodependência, Doentes Mentais, Deficiências, Diabetes, Medicina Preventiva e outros);

- Reconhecimento do trabalho dos técnicos do sector solidário devendo em tudo ser equiparado ao trabalho dos técnicos do sector público, não permitindo que um utente tenha de ser sujeitos a duas avaliações por técnicos da mesma formação;

- Apoio a programas de pais com filhos menores, quando o adulto pai ou mãe tenha de ser internado e/ou institucionalizado.

- Definição clara do conceito de Institucionalização, já que internamento temporário ou prolongado não deverá ser considerada institucionalização, sendo esta a colocação em última morada, o que não é, em princípio, o caso dos internamentos na saúde.

- Celebração de Protocolo entre a CNIS e Entidades Certificadoras, para apoio à Certificação de Qualidade, melhorando as respostas e otimizando os serviços e consequentemente a eficácia, a valores bem mais reduzidos do que os atuais, dado o número de associados e potenciais interessados.

- Reconhecimento do voluntariado sénior como mais-valia (mecenato) do trabalho das IPSS, no Estatuto do Voluntariado.

-Revisão do IVA nos Cuidados Continuados dos 23 para os 6% (onde se encontravam)

- Negociação das Tabelas de Comparticipação relativas aos Acordos com as IPSS.

Fátima, 17 de Outubro de 2014

CNIS

Decisões da reunião da Direção

No dia 6 de Outubro, realizou-se mais uma reunião de Direção. Entre outros assuntos, a Direção agendou a inauguração das novas instalações da CNIS; apreciou o "manual da educação de 2013" e decidiu promover debates sobre o mesmo; aprovou o Programa de Ação e Orçamento para 2015; avaliou o encontro "as IPSS e a Saúde" e decidiu incluir iniciativas sobre o tema no programa de ação para 2015; decidiu ações no âmbito do "ano europeu para a conciliação da vida profissional e familiar"; pronunciou-se sobre a proposta da DGSS relativa à metodologia a adotar na conversão dos acordos atípicos em típicos; remeteu temas para a Comissão Permanente do Setor Solidário como o Protocolo de 2015, abertura de candidaturas de apoio ao pré-escolar, regularização do pagamento da parte final do PARES.

Retribuição Mínima Mensal Garantida – IPSS

Por força do disposto no art.º 1º do Dec. Lei nº 144/2014, de 30/09 o valor da retribuição mínima mensal garantida é atualizado para 505€ a partir de 1 de Outubro (inclusive) e até 31.12.2015.

Assim, nas situações em que a remuneração dos trabalhadores seja de valor inferior à remuneração mínima mensal garantida, devem as IPSS atualizar essas remunerações, por forma a que as mesmas correspondam ao valor da remuneração mínima mensal garantida atualizada - 505€.

MAIS – MELHOR AÇÃO E INOVAÇÃO SOCIAL

Primeira edição abre candidaturas em Santarém

O consórcio do MAIS - Melhor Ação e Inovação Social anuncia a realização da primeira edição do programa em Santarém e a abertura de candidaturas às Organizações Sem Fins Lucrativos da região.

Dirigido aos executivos do setor social e concebido para promover a criação de valor e sustentabilidade das organizações não-governamentais, o MAIS em Santarém replica a fórmula do MAIS promovido com sucesso no Porto nos últimos dois anos.

A edição é composta por quatro módulos formativos dedicados à melhoria da gestão das organizações: 1. Gestão e Planeamento Estratégico, 2. Marketing e Angariação de Fundos, 3. Sustentabilidade Financeira e 4. Gestão de Pessoas.

Além da formação, o MAIS inclui ainda "task forces" - sessões de partilha e aprendizagem, com exercícios práticos, em que as organizações participantes são as forças da mudança. No final de cada módulo de formação as organizações com melhor desempenho beneficiarão de consultoria gratuita e especializada.

Aberto a candidaturas em www.mais.org.pt e com número limitado de vagas, o MAIS pode ser frequentado na sua versão integral ou por cursos individuais. A decorrer já a partir de 14 de novembro em local a definir no distrito de acordo com as inscrições recebidas em Santarém, a edição conta com financiamento do programa "Cidadania Ativa" - EEA Grants/ Fundação Calouste Gulbenkian e apoio da Fundação Montepio.

O consórcio promotor do programa é constituído por: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Montepio, UDIPSS-Porto, UDIPSS-Santarém, TESE - Associação para o Desenvolvimento, Accenture, Católica Porto Business School e Impulso Positivo.

CHAVES

Morreu provedor da Santa Casa da Misericórdia

O provedor da Santa Casa de Misericórdia de Chaves faleceu no dia 30 de Outubro, aos 41 anos de idade. João Paulo Abreu foi encontrado de manhã, inanimado, em sua casa, sendo transportado para o Hospital de Chaves e dado entrada já cadáver.

O provedor era esperado para a realização de uma reunião e perante o injustificado atraso foi dado um alerta. João Paulo Abreu foi encontrado pelo INEM na residência ainda com vida. O óbito verificou-se durante o transporte para o Hospital de Chaves.

As cerimónias fúnebres tiveram lugar na Igreja Matriz de Chaves, seguindo depois para o cemitério municipal (cemitério velho).

A CNIS apresenta à família e amigos as mais sinceras condolências.

CNIS
Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos da alínea d), do Artigo 27º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a reunir em Sessão Ordinária, **em Fátima**, no **Hotel Cinquentenário**, no próximo **dia 15 de Novembro**, pelas **9h45**, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1 - Apreciação do orçamento e programa de acção para 2015;

2 - Apreciação do relatório emitido pelo Conselho Fiscal sobre o programa de acção e orçamento para 2015;

3 - Votação do orçamento e programa de acção para 2015;

4. Apreciação e deliberação sobre as condições de elegibilidade dos membros dos órgãos sociais (artº 18º, nº 2 dos Estatutos da CNIS);

5 - Informações de interesse geral.

Se à hora atrás referida não estiver a maioria das associadas, a Assembleia-geral terá início quinze minutos depois, pelas 10h00 (dez horas), em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, conforme o ponto 2, do Artigo 31º.

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Profª Doutora Manuela Mendonça)

Porto, 27 de Outubro de 2014

Rua João Dinis, 931 - 3º esq.º | 4050-327 PORTO
☎ 226 068 614 | 226 065 932 🖷 226 001 774
E-mail: cnis.porto@mail.telepac.pt
www.cnis.pt

PROJETO FAS3

Há 81 IPSS mais habilitadas para os desafios económicos

Na presença do secretário de Estado da Segurança Social, Agostinho Branquinho, decorreu em Fátima a sessão de encerramento do Projeto FAS3, depois de 20 meses de muito trabalho em 81 IPSS de Trás-os-Montes ao Algarve.

Logo no início da sessão, o padre Lino Maia lembrou que "o FAS3 é um caminho que não está terminado, porque a formação tem que continuar", alertando os cerca de 250 dirigentes e colaboradores de instituições presentes que o percurso trilhado nestes 20 meses necessita de ser consolidado no futuro.

Recorde-se que o Projeto FAS3 tinha como grande enfoque a sustentabilidade das IPSS, daí que fosse dada grande relevância ao curso de Gestão para Dirigentes.

Disso mesmo deu conta uma das responsáveis pelo projeto, Palmira Macedo: "Queríamos que este FAS3 fosse ainda um pouco mais exigente do que os anteriores, porque queríamos intervir numa área muito sensível e premente, que é a da sustentabilidade. Penso que, e de acordo com os dados que aqui foram apresentados na avaliação final, isso se conseguiu. Este era um projeto mais exigente porque, para além de abordar esta área prioritária, também envolveu as Direções, os órgãos Sociais, com uma formação dirigida fundamentalmente para eles. No curso de formação para dirigentes participaram 235 dirigentes, na sua maioria membros dos Órgãos Sociais e ainda alguns diretores-técnicos, e a avaliação dessa formação foi muito importante, pois eles consideraram-na muito positiva para o seu desempenho".

A assessora da CNIS sublinhou que este FAS3 ainda não está fechado em definitivo, pois há que trabalhar as conclusões de forma pragmática.

"Temos consciência de que ainda temos algum trabalho a fazer com estas conclusões… No final de cada FAS ficamos sempre com a sensação de que soube a pouco, em termos de tempo, que é estabelecido pela própria medida 3.1.2, e que era de 24 meses no máximo, mas neste ainda tivemos uma limitação maior de 18 meses, que depois conseguimos alargar para os 20 meses, e mesmo assim foi considerado pouco tempo pelas instituições", referiu Palmira Macedo, sublinhando: "E sabe-nos a pouco porque as instituições dizem-nos que precisavam de acompanhamento para a implementação dos instrumentos que lhe fornecemos durante a formação. Pretendíamos também muni-los de instrumentos que lhes permitam agir de forma a serem cada vez mais eficientes e a organizarem melhor a gestão dos seus recursos tendo por fim a sustentabilidade económica, prestando cada vez melhores serviços aos seus utentes".

As palavras da assessora da CNIS decorrem essencialmente da avaliação final externa, apresentada na sessão por Lurdes Cunha, da Quartenaire Portugal, empresa que fez a auditoria externa [ver quadros], mas também da apresentação de Luís Pacheco, da Universidade Católica, intitulada «Processo de Diagnóstico Económico-Financeiro de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). A conclusão possível».

Sobre os dados que levou à sessão de

encerramento do FAS3, o consultor começou por pegar numa ideia deixada anteriormente pelo padre Lino Maia em que este relevou "que é preciso trabalhar bem para que as receitas não caiam, os investimentos continuem a ser feitos numa ótica de sustentabilidade e para que os cortes nos gastos tenham repercussões a nível de desempenho, mas não tenham na qualidade dos serviços prestados".

Depois, Luís Pacheco destacou dos diversos números que apresentou "a ideia de que com o apoio do Estado as IPSS têm condições de prosseguir a sua atividade de forma relativamente confortável", explicando: "Verificamos que, das 81 IPSS presentes na amostra, um número bastante substancial de instituições tem uma situação financeira relativamente confortável, aqui e ali a deteriorar-se, mas relativamente confortável, e na fase do planeamento reparámos que perspetivam uma continuidade dessa sustentabilidade. Ou seja, no esforço que fizemos de análise do passado e do futuro, verificámos que existem razões para otimismo… Um otimismo moderado, mas há razões para otimismo".

Quanto a novas Formações-Ações, Palmira Macedo sustentou que a CNIS está atenta e pretende apresentar candidaturas aos fundos europeus previstos para Portugal até ao ano de 2020.

"Estamos à espera que haja possibilidade de nos podermos candidatar ao Portugal 2020, onde está prevista a Formação-Ação, mas queremos fazer uma formação-ação mais balizada quer ao nível da qualidade, quer ao nível da gestão. Acreditamos que podemos vir a fazer isso e até a diversificar mais e continuar a fazer Formação-Ação com mais instituições. Diversificar a candidatura significa trabalhar com instituições mais homogéneas em termos das necessidades, reduzir também um pouco a dispersão que é um fator enriquecedor, mas também limitador de algum aprofundamento".

Antes da apresentação das conclusões e da avaliação finais, houve a entrega de diplomas às 81 instituições que integraram o projeto, cerimónia liderada pelo padre Lino Maia e pelo secretário de Estado da Segurança Social.

O padre Lino Maia, na abertura da sessão, recordou a ótima colaboração da CNIS com o secretário de Estado da Segurança Social, sublinhando alguns "sinais".

Por um lado, a aprovação em Conselho de Ministros da atualização/revisão do Decreto-lei 119/83, diploma fundador das IPSS, mas também o facto de "nem toda a gente no Estado compreender o Setor Solidário" foram alguns dos "sinais" percecionados, mas, na opinião do padre Lino Maia, esta revisão/atualização deixa ainda mais "dois sinais: transparência e sustentabilidade".

Foi já no âmbito deste último propósito que o FAS3 surgiu, com o líder da CNIS a sublinhar que o programa "teve muita gente envolvida, entre dirigentes e colaboradores das IPSS, CNIS e Universidade Católica".

Antes de endossar a palavra ao governante, o presidente da CNIS lembrou que "o senhor secretário de Estado fez finca pé junto do Governo em defesa do Setor Solidário", expresso no "empenhamento pessoal" que teve na revisão/atualização do 119/83, pugnando pelo princípio da subsidiariedade.

"Não pode ser desincentivado o apoio do Estado, que não é apoio, mas é a obrigação do Estado, pois estamos ao serviço dos outros", sublinhou.

Agostinho Branquinho, por seu turno, partilhou a vontade do Governo em que "o Estado seja parceiro das instituições sociais", anunciando que em 2015 haverá "um reforço da dotação da ação social", revelando haver uma verba de "mais 50 milhões de euros para atualizar e contratualizar novos Acordos de Cooperação", para as respostas sociais a prestar nos equipamentos construídos no âmbito do POPH.

Antes, o membro do Governo referiu-se à importância do Estado Social, frisando que "o Estado Social não tem que ser feito pelo Estado e é aqui que entra o papel insubstituível das instituições sociais, porque um Estado parceiro é o que queremos"

Depois, Agostinho Branquinho lembrou que "não é possível crescer em equipamentos como até aqui", desafiando os presentes: "Vamos requalificar as respostas sociais, adaptando-as e aprofundando-as. E para tal, temos que trabalhar em rede e em parceria".

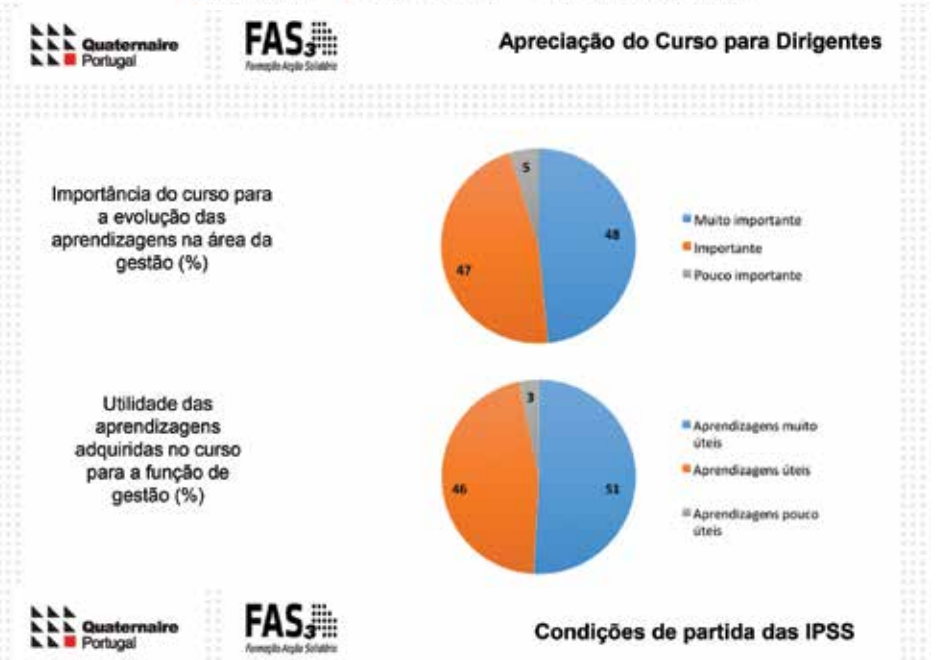
Depois o secretário de Estado da Segurança Social referiu as intenções em "suavizar as linhas de crédito", apostar na "capacitação das pessoas" na abordagem ao novo Quadro Comunitário de Apoio e preparar a passagem de competências para as IPSS, com "12 projetos piloto".

"É preciso descentralizar competências para quem está no terreno e queremos estender a experiência a todo o País em 2015", asseverou Agostinho Branquinho, que terminou dizendo: "Para vencer os desafios que temos pela frente temos que ter IPSS fortes, com gente capaz e qualificada à frente, pois não vivemos tempos de aventureirismos".

A fechar a sessão, o presidente da CNIS deixou uma mensagem bastante forte, deixando novamente um alerta para a tentativa que há para confundir os conceitos de Economia Solidária e de Economia Social.

"Somos Economia Social, mas somos Economia Solidária. Querem festas, que as façam e as paguem. Não deixemos o Estado lavar as mãos relativamente a este setor", asseverou o líder da CNIS.

Pedro Vasco Oliveira (texto e fotos)



Dimensão	%
Até 25 colaboradores	38
26/ 50 colaboradores	44
> 50 colaboradores	18

Experiência no domínio da qualidade	%
A IPSS estava certificada/ ou em processo	5
A IPSS não estava certificada mas adotava procedimentos de qualidade	53
A IPSS estava a iniciar a aproximação aos referenciais de qualidade	26
A IPSS não tinha experiência nos sistemas de gestão da qualidade	16

ESTATUTO DAS IPSS

Dirigentes com mandatos até 12 anos e possibilidade de salário

Os dirigentes das instituições particulares de solidariedade social poderão prolongar os mandatos até um máximo de 12 anos e receber um salário que pode ir até cerca de 1.600 euros, de acordo com as alterações ao estatuto das IPSS, consagrado no Decreto-Lei 119/83.

As alterações ao estatuto das instituições particulares de solidariedade social foram aprovadas em Conselho de Ministros e tiveram aval positivo tanto por parte da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) como da União das Misericórdias Portuguesas (UMP).

São cinco as "principais alterações" ao estatuto das IPSS: "reformulação da definição de IPSS"; "instituição da limitação dos mandatos dos presidentes das instituições, ou cargos equiparados, em três mandatos consecutivos"; uma "clara separação entre os fins principais e instrumentais das instituições"; "normas que possibilitam um controlo mais efectivo dos titulares dos órgãos de administração e fiscalização" e "regras mais claras para a concretização da autonomia financeira e orçamental, bem como para o equilíbrio técnico e financeiro", acrescenta o comunicado do Conselho de Ministros.

O presidente da CNIS fez ao jornal Solidariedade uma apreciação do documento final, agora aprovado em Conselho de Ministros: "Entre 1983 e 2014 o mundo da solidariedade social alterou-se muito significativamente. Tanto em envolvência da comunidade e em diversificação e amplitude de respostas sociais como na própria conceção e definição de competências do Estado, que é chamado a respeitar e a favorecer a solidariedade, a capilaridade e a subsidiariedade. Para além de que a existência de uma Lei de Bases de Economia Social, muito embora não seja a Lei enquadrante do sector solidário, faz olhar com outro olhar o sector solidário porque o sector solidário também reconhece ter espaço na economia social. O Decreto-Lei 119/83 era (e é) um bom documento legal. Tanto o era (e é) que contribuiu para a consistência do sector solidário, que não sentiu grandes constrangimentos legais para crescer e servir bem muitas e muitos portugueses e de ter contribuído para um Portugal melhor e mais justo para todos ao longo de todos estes 30 anos. Mas carecia de ajustamentos. Estes ajustamentos, concertados na revisão aprovada em Conselho de Ministros, contribuem para clarificar melhor os fins das IPSS (principais e instrumentais), enquadra melhor o serviço voluntário e a transparência na boa gestão, define mandatos acautelando a acomodação eternizante, introduz regras mais claras para a concretização da autonomia financeira e orçamental, bem como para o equilíbrio técnico e financeiro. E, fundamentalmente, ajusta-se melhor à realidade presente e próxima futura. A CNIS e muitas outras organizações, nomeadamente a União das Misericórdias e a própria Conferência Episcopal, bem como vários outros pensadores, deram o seu melhor contributo pelo que certamente se revêem neste documento e congratulam-se com a sua aprovação esperando uma célere promulgação."

ORÇAMENTO DE ESTADO 2015

Reforço do protocolo com instituições sociais e alargamento à saúde e educação

O ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social anunciou que irá reforçar em 2015 o protocolo de cooperação com as instituições sociais, alargando as respostas sociais à saúde, educação e formação profissional. Na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP), Pedro Mota Soares disse que no próximo ano, graças ao reforço da verba para a ação social, haverá "um expressivo contributo para as instituições sociais". "Este ano iremos alocar mais 50 milhões de euros para esta rubrica, que, com o montante do Programa de Emergência Social, sobe a 1.989 milhões de euros", disse Mota Soares.

Segundo o governante, isso irá permitir "reforçar já para o ano o protocolo de cooperação" e aprofundar "o novo paradigma de resposta social". "Pela primeira vez integrará a saúde, a educação e a lógica de formação e emprego", disse o ministro, justificando que "são todas áreas em que estas instituições atuam" e que "em todas elas deve haver parcerias com o Estado".

Relativamente ao Fundo de Reestruturação do Setor Solidário, Mota Soares aproveitou para revelar que os 30 milhões de euros definidos irão "chegar brevemente" às 99 entidades cujas candidaturas foram aprovadas em concurso.

Reformas antecipadas no setor privado

O Governo vai descongelar em 2015 o acesso às reformas antecipadas para os trabalhadores do setor privado que tiverem mais de 60 anos e 40 anos de descontos, afirmou o ministro do Solidariedade, Emprego e Segurança Social. "O Governo assumiu sempre que a suspensão das pensões antecipadas no setor privado era uma medida temporária, até porque a sua permanência poderá ter efeitos perversos sobre o emprego".

Pedro Mota Soares referiu que "hoje a penalização das pensões antecipadas é significativa e desincentiva o seu pedido, nomeadamente, para os trabalhadores com menos anos de desconto". Nesse sentido, "e como previsto para 2015, vamos descongelar o acesso às pensões antecipadas para os trabalhadores com mais de 60 anos e 40 anos de descontos".

A proposta do Orçamento do Estado indica que o acesso às reformas antecipadas na Segurança Social vai continuar suspenso durante todo o ano de 2015. No relatório do OE2015, o Governo refere que "o orçamento para 2015 incorpora ainda o impacto de medidas previstas no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), que têm vindo a ser concretizadas desde 2012, como seja a suspensão da regra de atualização das pensões, excluindo a atualização das pensões mais baixas".

Teto para prestações sociais

O ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Pedro Mota Soares, afirmou que o teto máximo na atribuição das prestações sociais não deve ultrapassar o equivalente ao salário médio de um trabalhador não qualificado. "Ninguém que tenha idade e capacidade para trabalhar deve receber mais de prestações sociais do que se estivesse a trabalhar. A soma da totalidade das prestações sociais, quando ultrapassa aquele que é o salário médio de um trabalhador não qualificado deve servir de limite para as prestações sociais que substituem rendimentos, como o rendimento social de inserção (RSI), o subsídio social de desemprego e o subsídio social de doença", afirmou o ministro no parlamento.

De acordo com o Orçamento do Estado para 2015, o Governo prevê a introdução de um teto máximo para "as prestações sociais não contributivas substitutivas de rendimentos do trabalho" poupando 100 milhões de euros em 2015.

Mota Soares recorreu a um exemplo para desfazer as dúvidas dos deputados. "O exemplo de uma família que recebe de RSI cerca de 375 euros, de abono de família mais de 70 euros, de apoios à renda de casa cerca de 250 euros, um conjunto de apoios à área da educação de 280 euros; recebe um conjunto de apoios e, no final, o rendimento desta família muitas vezes é superior ao rendimento de uma família de um trabalhador médio não qualificado", evidenciou o ministro.

Mota Soares referiu ainda, a propósito desta medida, que a implementação deste teto "faz sentido agora, que as ofertas do mercado de trabalho estão a subir". Esta medida, que não está detalhada na proposta do OE2015, será aplicada "através do cruzamento da informação relativa às prestações sociais auferidas pelos beneficiários", e tem uma poupança estimada de 100 milhões de euros. Ainda de acordo com o documento, o executivo refere que "serão admitidas exceções objetivas a esta medida, tendo em devida atenção a diversidade das situações sociais".

OBSERVATÓRIO DAS FAMÍLIAS

Apenas as pessoas extremamente pobres mantiveram apoios estatais em 2013

Apenas as pessoas "extremamente pobres" mantiveram o direito a apoio social do Estado em 2013, ano em que se agravaram as condições de vida das famílias portuguesas, segundo o relatório anual do Observatório das Famílias. "Num contexto de crise económica agravaram-se as condições de vida das famílias portuguesas" e, "em termos de proteção social, podemos considerar que apenas as pessoas extremamente pobres mantiveram o direito a apoio estatal", sublinha o relatório do Observatório das Famílias e das Políticas de Família (OFAP).

O relatório, relativo a 2013, analisa o enquadramento atual das políticas de família e as principais medidas de apoio, tendo em conta duas áreas de atuação: apoio económico e apoio na conciliação entre a vida familiar e a vida profissional. Segundo dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, do INE, 18,7% da população portuguesa (cerca de dois milhões de pessoas) estava em risco de pobreza em 2012, mais 0,8 p.p. do que em 2011 (17,9%).

Apesar destes números, os apoios dirigidos às famílias "não foram reforçados" em 2013. "Pelo contrário, o Governo manteve os cortes nos apoios económicos existentes, aumentou a carga fiscal e continuou a delegar nas instituições do terceiro sector, principalmente nas Instituições Particulares de Solidariedade Social, a função de coordenação e prestação do apoio à população e às famílias mais desfavorecidas", sublinha o relatório, a que a agência Lusa teve acesso. Em consequência, "as famílias passaram a estar menos protegidas do ponto de vista social", sustenta.

Relativamente às medidas de apoio económico criadas, como a recuperação do Fundo de Socorro Social, as tarifas sociais de gás natural e de eletricidade, a majoração do subsídio de desemprego para casais com filhos em que ambos estão desempregados, o observatório considera que "cobrem uma minoria de famílias, compensando apenas parcialmente os cortes financeiros na generalidade das prestações sociais".

Já a nova tabela de retenção na fonte do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), introduzida em 2013, acompanhada pela introdução de novos limites nas deduções à coleta e nos benefícios fiscais, traduziu-se "num aumento acentuado da carga fiscal das famílias cujo rendimento advém do trabalho, nomeadamente das famílias com filhos".

Perante o agravamento das condições da vida dos portugueses, o OFAP critica a falta de uma política de família e de objetivos para "melhorar a vida das famílias com crianças", em termos de apoio económico, fiscais e de conciliação família-trabalho. "Ao contrário do caminho que vinha sendo trilhado ao longo das últimas décadas em Portugal, com a adoção paulatina de medidas políticas especificamente dirigidas às famílias, constata-se que desde a entrada em funções do atual Governo (...) deixou de haver uma política de família explícita de âmbito nacional, com objetivos definidos a longo prazo e programas e organismos centrais que as tutelem", sublinha o observatório.

Sublinha que esta situação "é apenas mitigada" por algumas iniciativas desenvolvidas a nível local e regional pelas autarquias para apoiar as famílias, sobretudo as mais carenciadas com crianças.

CONSELHO GERAL

Revisões em baixa unilaterais devem ser alvo de recurso

O Conselho Geral, realizado no dia 27 de outubro tinha como principal ponto da ordem de trabalhos a apresentação do Programa de Ação e do Orçamento para o ano de 2015.

«Afirmação do setor solidário como garante de proteção social e promotor de desenvolvimento» é a prioridade plasmada no documento que elenca o que a Direção pretende colocar em prática no próximo ano [ver caixa].

Sem objeções foi igualmente apresentado o Orçamento para 2015, tendo-se seguido o período de questões levantadas pelos conselheiros.

No entanto, foram outros os assuntos de interesse geral para as IPSS que centraram as atenções dos conselheiros e que promoveram um intenso debate.

Uma das questões que muito preocupa as IPSS espalhadas pelo País é a revisão em baixa dos Acordos de Cooperação a ser levados a efeito por diversos Centro Distritais da Segurança Social (CDSS) e essa situação foi, uma vez mais, abordada pelos conselheiros em Fátima.

Desde logo, Filomena Bordalo, assessora da CNIS, esclareceu os presentes que "está suspensa a revisão em baixa dos Acordos de Cooperação para as valências de LIJ (Lares de Infância e Juventude), CAT (Centro de Acolhimento Temporário) e SAD (Serviço de Apoio Domiciliário)".

Sob a ameaça de que não serão renovados os Acordos de Cooperação se as instituições não assinarem as revisões propostas, as IPSS sentem-se coagidas a assinar. Essa situação foi uma vez mais denunciada no Conselho Geral, levando o presidente da CNIS a recordar um episódio passado na última reunião da Comissão Permanente do Setor Solidário (CPSS), em que a presidente do Instituto da Segurança Social (ISS) afirmou que "não tinha conhecimento de qualquer CDSS esteja a rever em baixa os Acordos de Cooperação de forma unilateral e que se o estivesse a fazer era contra as instruções que tinha dado", terminando: "Então que sejam intimados a não o fazer".

Nas situações em que de forma unilateral um CDSS pretender rever em baixa os Acordos de Cooperação, as IPSS devem sempre recorrer, com o explicou o assessor jurídico da CNIS, Henrique Rodrigues.

"O Acordo de Cooperação é um contrato e como tal tem que ser assinado pelas duas partes. Se uma delas não assinar, o contrato não tem efeitos", começou por dizer, explanando de seguida o que podem as instituições fazer no caso de um CDSS proceder de forma unilateral: "As instituições podem sempre recorrer para a Direção do ISS. Após receber a notificação do CDSS, a instituição tem 30 dias úteis para apresentar um recurso hierárquico sobre as questões que não concorda".

E devem fazê-lo, instou Henrique Rodrigues, lembrando que depois de uma revisão em baixa, dificilmente haver nova revisão em alta.

Outro dos temas em debate foi a atualização da RMMG (Remuneração Mínima Mensal Garantida), vulgo Salário Mínimo, e as implicações na sustentabilidade das IPSS. Mais do que a questão dos funcionários que vão passar a auferir 505 euros/mês, os conselheiros e a Direção da CNIS mostraram-se preocupados com os efeitos que este aumento terá em outras categorias profissionais que não são abrangidas por esta medida do Governo.

Nesse sentido, mas em especial para fazer face ao aumento dos encargos por parte das instituições, o presidente-adjunto considera que algo tem que ser feito pelo mesmo Governo.

"Saúdamos a medida, mas ela criou-nos um problema. Alguma coisa tem que ser feita em sede de Cooperação, porque não pode ser apenas em termos de Contratação Coletiva", sublinhou João Dias.

Elemento trazido à liça pela UDIPSS Lisboa foi o da "quebra das mensalidades", por via do desemprego, o que também levanta problemas aos orçamentos das instituições.

Por isso, o assessor jurídico da CNIS, Henrique Rodrigues, lembrou que "é preciso encontrar uma solução sustentável", reforçando o que fora dito pelo presidente-adjunto: "O Governo criou esta situação de forma unilateral, tem que ajudar. No âmbito da Cooperação vai ter que haver um reforço".

Na fase final da reunião, e já depois de, por proposta da UDIPSS Bragança, Luís Correia, presidente da UDIPSS Vila Real, ter sido escolhido pelos conselheiros para a Comissão Organizadora do

Congresso Eleitoral, do próximo mês de janeiro), o padre Lino Maia deixou dois apelos às UDIPSS.

As contas do POPH

Em virtude da celebração, que deve acontecer até final do ano, do Protocolo de Cooperação Global – pois inclui, não só o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, mas também os ministérios da Saúde e da Educação e Ciência –, o presidente da CNIS pediu a todos os presentes que comuniquem, até final da semana, as IPSS que tenham obras no âmbito da RNCCI, terminadas ou a terminar, para que a CNIS as possa calendarizar, sob o risco de que as que não o forem ficarão de fora dos Acordos de Cooperação a celebrar.

Por outro lado, solicitou às Uniões que acompanhassem as visitas às IPSS, com obras no âmbito do POPH, pois é necessário fazer fecho de contas até ao fim do ano, sob o perigo de as instituições não receberem o dinheiro, ou até ter que devolver algum que já tenham recebido. O processo parece ter sofrido um impulso, fruto de diretrizes dadas na Comissão Permanente do Setor Social, e é necessário as instituições estarem atentas e confirmarem que documentação ainda têm que entregar e corresponderem até meados de novembro a essa falta.

Em princípio este seria o último Conselho Geral do ano, mas o padre Lino Maia solicitou a disponibilidade dos demais conselheiros para antes da celebração do Protocolo de Cooperação Global se reunirem.

Pedro Vasco Oliveira (texto e fotos)

Programa de ação para 2015

Para afirmar o setor solidário e representar as IPSS, promover as negociações com as entidades do poder central e local indispensáveis ao prosseguimento articulado das suas ações: Promover a IX Festa e Chama da Solidariedade ; Assinalar o Dia da CNIS (15 de janeiro); Centro de Estudos Sociais - Reflexão e produção de documentos nas áreas da Educação, Desenvolvimento e Saúde; Acompanhamento da aplicação do Protocolo de Cooperação 2015 e elaboração de proposta para os anos seguintes; Promover e defender os interesses das IPSS na área da sustentabilidade propondo e negociando medidas de apoio financeiro tendo em vista o equilíbrio financeiro das instituições; Concretizar e monitorizar o Protocolo de Cooperação celebrado em 2013, entre a ANMP, CNIS, União das Misericórdias e União das Mutualidades; Concretizar e monitorizar a articulação com a ACSS, ARS, Centros de Saúde, USF e Unidades Locais de Saúde (ULS) em ordem à garantia de acesso aos cuidados médicos prestados no âmbito do SNS aos utentes em ERPI , Lar Residencial, Lar de Apoio, LIJ e CAT; Promover iniciativas que evidenciem as boas práticas da ação das IPSS para a conciliação da vida familiar com a vida profissional e valorização das competências parentais; «IPSS amigas do Envelhecimento Ativo» - Divulgação e acompanhamento da aplicação do Guião para implementação de iniciativas/práticas para um Envelhecimento Ativo.

Quanto ao segundo objetivo estratégico - «Apoiar as IPSS no exercício da sua missão solidária a fim de assegurarem a intervenção de proximidade com qualidade, inovação e sustentabilidade» - a CNIS propõe-se: na área da informação e dos media - Continuidade do desenvolvimento das contas-satélites de emprego por distrito, Incentivar a inovação dos processos e meios de comunicação existentes, no que diz respeito à alimentação dos sites das uniões de nível regional, Promover o incentivo à utilização das novas tecnologias de comunicação, como por exemplo a videoconferência; Criação de uma plataforma interativa facilitadora da articulação entre Instituições e promotora de debates e de troca de experiências e conhecimentos; Promover sessões explicativas do Protocolo de Cooperação para 2015; Realização de 24 Encontros/Seminários temáticos: Saúde, Deficiência, Educação - divulgação do Relatório Anual do Conselho Nacional de Educação "Estado da Educação 2013", Medidas ativas de emprego/ Inclusão Social e Promoção/Proteção/ Acolhimento de Crianças e Jovens; Recolha e tratamento de dados relativos ao emprego e outros indicadores relacionados, junto das IPSS; Conceção, elaboração e divulgação de documentos técnicos respeitantes aos temas assinalados anteriormente; Levantamento das problemáticas existentes na área da saúde e agir em conformidade; Participação na revisão das Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar e organização de sessões de informação/formação para os Educadores; Participação na revisão das Orientações Pedagógicas para a Creche e organização de sessões de informação/formação para os Educadores; Participação no grupo de trabalho para a regulamentação das respostas sociais: Área da Infância e Juventude, Apartamento de autonomia, Centro de Atividades de Tempos Livres, LIJ e CAT (dependente da revisão da Lei de Promoção e Proteção), Área da Família e Comunidade, Centro de Alojamento Temporário (sem abrigo) e Comunidade de inserção; Participação no grupo de trabalho para a revisão do regime jurídico da adoção e da proteção de crianças e jovens; Negociações com as Frentes Sindicais relativamente à matéria da Contratação Coletiva; Elaborar e promover junto das IPSS um Plano de Prevenção de Quedas das Pessoas Idosas.

Relativamente ao terceiro objetivo estratégico («Contribuir para a capacitação contínua dos dirigentes, trabalhadores e voluntários»), há sete ações previstas: Projeto FAS4 - Elaboração de candidaturas ao Portugal 2020; Candidaturas à ação «Estudos/investigação-ação no âmbito da economia social»; Candidaturas a ações de âmbito nacional, que visem a qualificação das respostas sociais e de saúde e a formação de técnicos especializados e ações de sensibilização/(in)formação no âmbito das reformas nos serviços sociais e de saúde; Realização de oito ações de formação sobre «Avaliação de Desempenho»; Realização de duas ações de formação sobre «Gestão de Finanças Pessoais e Comportamentais»; Acompanhamento dos LIJ e CAT no processo de qualificação; Formação interna, nas áreas do Relacionamento interpessoal e Gestão organizacional.

EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA NO MASCULINO

Ainda há desconfianças a ultrapassar

Há poucas semanas, um representante da comunidade cigana, a propósito da nova lei que proíbe os casamentos forçados, argumentava, de forma depreciativa, aos microfones de uma rádio nacional em seu desfavor algo como: "Pois é, e hoje o que vemos por aí são elas a conduzir os automóveis e eles a empurrar os carrinhos de bebé"!

Apesar de extraído da realidade, este episódio ilustra bem uma forma de pensamento que até há bem pouco tempo era a dominante. As tarefas das mulheres e as responsabilidades dos homens…

Não muito longe vão os tempos em que na sociedade portuguesa era impensável um homem mudar a fralda aos filhos. Sempre os terá havido ao longo dos tempos, mas coisa muita rara, que o passar dos anos, das décadas e dos séculos tem alterado e, hoje, apesar de muitos ainda haver que não o fazem, as coisas mudaram e, agora, são esses que correm à margem da tendência dominante na nossa sociedade.

Serve isto para introduzir o tema da Educação de Infância no Masculino, com a ressalva de que a Educação de Infância não é apenas mudar fraldas. Educação de Infância é isso mesmo, educar crianças, neste caso, com idades de creche e pré-escolar.

De facto, em família o homem já participa muito mais, (quase) equiparando-se à mulher, exceção feita àquelas situações em que o homem é, fisiologicamente, incapaz. E no que toca à educação da prole, o homem de hoje empenha-se e participa ativamente.

E não é apenas em casa que a relação educativa dos mais pequenos com os progenitores tem vindo a alterar-se. Apesar de ser um universo esmagadoramente feminino, os educadores de infância estão espalhados um pouco por todas as instituições, seja no Setor Solidário, no Público ou no Privado.

Os testemunhos ficam para mais à frente, pois para já comecemos pelos números divulgados pela DGEEC (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência), na publicação «Perfil do Docente 2012/2013», que nos dizem que apenas 1,1% dos docentes na Educação Pré-escolar eram homens no ano letivo de 2012/2013. De um universo total de 15.430 educadores de infância, apenas 163 eram do sexo masculino.

Ainda segundo o mesmo documento, no Norte do País, de um total de 5.605 educadores de infância apenas 48 (0,9%) eram homens, na Região Centro eram 35 (1%), em Lisboa encontra-se o maior número, 67 (1,5%), no Alentejo apenas seis (0,5%), enquanto no Algarve eram sete (1,1%).

Números de 2014, apenas os inscritos na Associação de Profissionais de Educação de Infância (APEI), que num universo de 2.481 associados apenas 11 são homens. Portanto, em linha com o cenário nacional.

«Esta ausência de homens nos serviços para a infância é normalmente atribuída a fatores de ordem sociocultural aparentemente difíceis de ultrapassar. Contudo, ultimamente as referências à necessidade da presença masculina nas creches e jardins de infância têm aumentado substancialmente. Pensa-se que a sua presença, para além de proporcionar um modelo masculino às crianças, ajudaria a erradicar uma visão antiga dos serviços para a infância como substituição dos cuidados da mãe (…)», escreveu Lúcia Santos, presidente da APEI, na edição janeiro/abril de 2014 dos Cadernos da Educação de Infância.

De facto, a questão cultural é o primeiro e grande obstáculo a uma maior adesão dos homens à profissão, sendo que as características maternais ainda imperam.

Disso mesmo deram conta os educadores de infância que conversaram com o SOLIDARIEDADE. A desconfiança inicial dos pais é, sem dúvida, um fator apontado por todos como uma nuvem negra sobre o seu trabalho, mas todos concordam que é sempre desvanecida, mais cedo ou mais tarde. Segredo: conquistar primeiro as crianças que os pais logo se rendem.

Filipe Simões, 38 anos, educador de infância na Associação Creche de Braga, sublinha precisamente isso, recordando que, quando foi apresentado pela primeira vez a dois pais cujos filhos no ano letivo seguinte iriam ser seus educandos, a desconfiança pairou no ar: "Senti que a receção não foi a melhor, mas hoje sou grande amigo de um desses pais e damos passeios de bicicleta e jogamos à bola".

Por seu turno, José Pedro Gonçalves, 25 anos, docente no Colégio Espinheira Rio, no Porto, conta um episódio, no mínimo, caricato, da desconfiança que a sua profissão ainda gera, especialmente, junto dos pais.

"Numa reunião individual, de receção a uma criança, e após cerca de 20 minutos a falar de como iria desenvolver-se a prática pedagógica, em que referi várias vezes que iria ser o educador responsável, o encarregado de educação da criança pergunta-me: "Mas é o Zé que vai ficar com eles na sala? É educador de infância? Vai ter paciência para as crianças?", conta, explicando ter ficado com "a nítida sensação que a pessoa ficou admirada e sempre desconfiada, mas com o passar dos tempos foi percebendo que os homens também podem ser educadores".

Educador de infância no Centro Social de Chaves, Nuno Gonçalves, 33 anos e há nove anos a exercer, confirma igualmente esta ideia: "Os pais quando chegam pela primeira vez ainda se notam alguns olhares incrédulos e de estranheza por estar um homem no lugar onde era suposto estar uma mulher. Penso que, para eles, o primeiro contato é alarmante, ficam apreensivos, desconfiados, preocupados. Com o passar do tempo confiam e percebem qual é o meu papel e a importância de trabalharmos em conjunto para promovermos o desenvolvimento dos filhos".

Há 15 anos a exercer a profissão, Luís Miguel Pereira, 42 anos e educador na Obra Social do Sagrado Coração de Maria (OSSCM), em Guimarães, reforça a ideia de que "ainda existem grandes preconceitos em relação a esta profissão", o que tem consequências: "Pelo facto de sermos homens, percebermos que estamos constantemente a ser avaliados pelas famílias".

Rui Passos, de 27 anos, e há três colega de Luís Miguel Pereira na OSSCM, considera compreensível determinadas reações, exemplificando com a sua experiência: "É compreensível que pensem assim e recordo quando estava a terminar o curso, em 2004, no auge de se falar da pedofilia, Casas Pias, etc., e como estava a estagiar ainda foi mais difícil, porque não tinha tempo para dar provas de ser tão capaz como as mulheres".

O fantasma da pedofilia é também uma outra nuvem que ensombra o desempenho destes homens, como recorda Filipe Simões, dos tempos em que entrou no mercado de trabalho: "Quando comecei estava-se no auge do caso de pedofilia do padre Frederico, na Madeira, o que não ajudou nada".

E se a reação dos pais é de desconfiança, com as crianças as coisas são mais tranquilas. Todos reconhecem haver uma certa surpresa inicial, mas que rapidamente desaparece.

"Lembro-me do meu primeiro dia na creche, sala de 2 anos, em que as crianças ao princípio não sabiam como chamar-me e ficavam admiradas por eu saber contar histórias, fazer teatros, cantar, dançar, serená-las ou ser um refúgio seguro… Rapidamente me aceitaram", conta o educador de Chaves.

Sendo tão poucos, habitualmente um por instituição – Luís Miguel Pereira e Rui Passos são, por certo uma exceção numa instituição que demonstra grande abertura neste capítulo [ver caixa] –, trabalhar entre mulheres é uma experiência agridoce, a avaliar pelos testemunhos.

"É uma das partes difíceis de ser educador. Por vezes não é fácil... Primeiro porque em situações que se resolveriam de forma pragmática, as mulheres têm o «dom» de complicar", sustenta José Pedro Gonçalves,

que considera, no entanto, que "apesar de algumas desvantagens, é uma experiência positiva".

Apesar de tudo, a maioria diz sentir-se mimada pelas educadoras e demais staff dos jardins de infância, também ele maioritariamente feminino.

Como refere Rui Passos, "muitas mulheres juntas, já se sabe, nunca dá muito bom resultado". Por outro lado, esse cenário acaba por colocar "mais olhos em cima dos educadores homens".

Porém, essa presença masculina num meio esmagadoramente feminino é, no entender de Luís Miguel Pereira, uma mais-valia para as crianças.

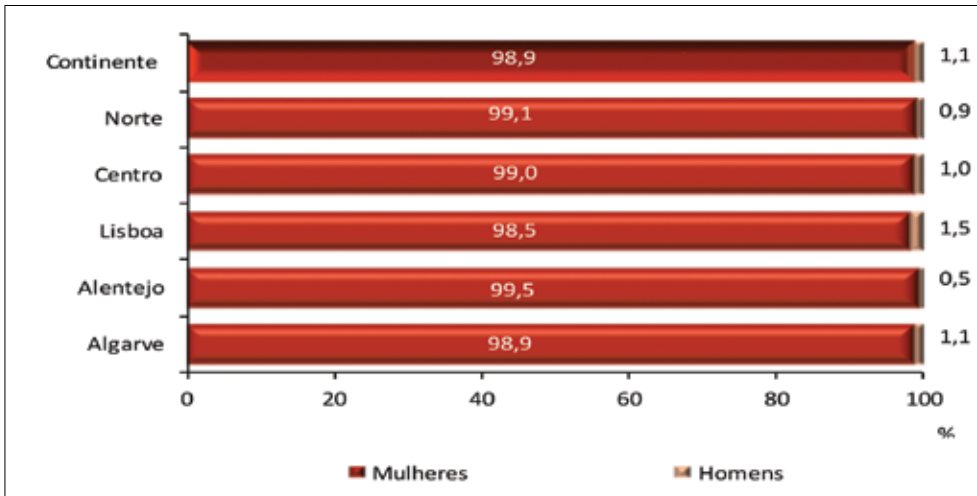
"Acho importante não ser uma área exclusiva das mulheres, porque uma criança tem um pai e uma mãe e nas salas de infância as crianças deviam poder ter o modelo masculino e o modelo feminino", sustenta.

E o que pode um homem emprestar de diferente à educação de infância? "Talvez a grande diferença seja a descontração e o pragmatismo", defende José Pedro Gonçalves, enquanto Filipe Simões vinca essa diferença: "É diferente a maneira de ver a infância. Somos mais descontraídos".

Sublinhando a ideia de que a presença masculina é uma mais-valia para a criança, Luís Miguel Pereira considera que a diferença reside no "espírito aventureiro, que é mais do homem, do envolvimento na loucura das crianças e brincar com isso", enquanto Rui Passos, por seu turno, vai mais longe na análise: "Para estar aqui, um homem tem que gostar muito e esse gosto leva a uma motivação extra. Não é fácil estar oito horas com um grupo de crianças!".

Apontado por todos é também o facto de o trabalho desenvolvido pelos educadores de infância homens ser invariavelmente menosprezado. Nuno Gonçalves conta um episódio curioso, mas elucidativo do olhar que ainda existe sobre a Educação de Infância no Masculino entre nós: "Uma menina que chegou este ano ao grupo de 24 crianças de 5 anos, no momento em que estamos a conhecer-nos, diz-me: «Sabes, a minha Mãe trabalha na loja e o meu Pai ajuda a Mãe… E tu também tens que ir trabalhar? Não podes ficar sempre aqui a brincar com os meninos»".

Pedro Vasco Oliveira (texto e fotos)



Distribuição dos educadores de infância (%), segundo o sexo, por NUTS II (2012/2013)

Nível de educação/ ensino e sexo / NUTS II	Educação pré-escolar	
	Total	Mulheres
Continente	15 430	15 267
Norte	5 605	5 557
Centro	3 589	3 554
Lisboa	4 382	4 315
Alentejo	1 230	1 224
Algarve	624	617

Distribuição dos docentes (%), segundo o sexo, por NUTS II (2012/2013)

Os auxiliares de ação educativa também existem

Se os educadores de infância são uma espécie rara nos jardins de infância, o que dizer dos auxiliares de ação educativa! É senso comum que não há homens a desempenhar essa função, mas a verdade é que também existem e o SOLIDARIEDADE encontrou dois na Obra Social do Sagrado Coração de Maria, em Guimarães.

Se Agostinho Faria, de 46 anos, encontrou a sua vocação nas funções que desempenha há já 14 anos, por seu turno, o jovem João Ribeiro, de 21 anos, ainda a procura. A caminho de completar um ano nesta nova profissão, o mais jovem diz-se satisfeito e afirma: "Não vejo grandes problemas em fazer carreira nisto".

Ambos tiveram experiências profissionais em unidades fabris, mas por razões diferentes optaram por seguir outro caminho e, perante a oportunidade, não hesitaram em experimentar umas funções que habitualmente são entregues às mulheres.

A reação da equipa de colaboradoras é natural, até porque na instituição onde os dois trabalham há também dois educadores de infância, o que faz com que a OSSCM seja, por certo, uma das instituições com mais elevado rácio homens/ mulheres dos infantários nacionais.

Quem está de fora olha a profissão como uma brincadeira. "Isso não é trabalho, é um emprego. Que trabalhinho fixe, não deves fazer nada", dizem-lhes os amigos, enquanto Agostinho Faria assegura, por outro lado, nunca ter tido qualquer problema com os pais, apesar de inicialmente ter ficado receoso.

Para Agostinho Faria, "a maior dificuldade é quando as crianças estão doentes ou se magoam", enquanto para João Ribeiro "é a teimosia daquelas crianças que em casa estão habituadas a fazer o que querem e depois não aceitam bem as regras".

Isto leva Agostinho Faria a sublinhar que, "por vezes, também é preciso educar os pais".

Em início de carreira, João Ribeiro ainda não passou pela creche, mas destemido diz, sorrindo: "Mudar fraldas vai ser um desafio"!

António José da Silva
ajsilva@sapo.pt

A Jhiad e a basílica de S. Pedro

O último número da revista oficial do estado islâmico, (EI), apresentava, na sua capa, uma fotomontagem dominada pela bandeira negra do califado, frente à basílica de S. Pedro, em Roma. Ocupando toda a capa, uma mensagem clara: " A cruzada falhada". No interior da publicação, uma promessa: "conquistaremos a vossa Roma, quebraremos as vossas cruzes. Se nós não chegarmos a ver esse momento, os nossos filhos ou os nossos netos irão vê-lo, e serão eles a vender os vossos filhos nos mercados de escravos"

.

Trata-se, naturalmente, de guerra psicológica, feita de imagens e palavras destinadas a galvanizar os militantes radicais e a semear o medo entre aqueles que são considerados seus inimigos, nomeadamente os cristãos. Mas seria redutor e perigoso limitar a guerra do "Estado Islâmico" a uma estratégia de cariz psicológico. Os seus seguidores portam-se como membros de um exército treinado, soldados que vão buscar a sua força à fé muçulmana e a sua confiança às armas que não lhes faltam.

Este é um dos paradoxos da guerra que os jhiadistas travam em áreas territorialmente significativas do Iraque e da Síria contra uma coligação que, por enquanto, é mais formal do que real. Os Estados Unidos ficam-se pelos ataques aéreos e os restantes aliados não são capazes de os derrotar em terra. Pelo menos até ao momento, pode dizer-se que a coligação não dá sinais de os vencer

Esta é, certamente, uma das razões porque vai crescendo o número dos voluntários que, oriundos de muitos países, incluindo europeus, vão aumentando as fileiras dos seus combatentes. Quanto maiores forem os êxitos, reais ou propagandeados, que estes alcançarem, maior é o número daqueles que se oferecem fazer a "guerra santa".

O mais surpreendente e difícil de explicar neste cenário é o fascínio que um movimento político e religioso, caracterizado pela sacralização do fanatismo e da violência, pode exercer sobre jovens ocidentais aparentemente formados em valores diametralmente opostos, como são os da tolerância e da liberdade. Muitos dos novos aderentes à causa da jhiad tiveram contactos com o mundo islâmico em cidades europeias de forte imigração. Desse contacto ficou-lhes a admiração pelo cumprimento rigoroso dos preceitos religiosos por parte dos seus crentes, em contraste com o relativismo do seu próprio mundo.

Essa admiração levou, em alguns casos, à conversão, mas é difícil perceber como é que se pode seguir quem faz uma promessa como aquela de destruir a basílica de S. Pedro, de quebrar todas as cruzes e levar os que se não convertem para os mercados de escravos.

Foto: D.R.

Padre José Maia
jose.maia@cic.pt

Reflexões do papa Francisco
(ainda cardeal)

Foto: D.R.

Muito se tem dito e escrito sobre o atual Papa Francisco, um Papa que veio lá do fim do Mundo para ocupar a Cátedra de Pedro, em Roma!

Começou por se impor a toda a gente (crentes e não crentes) pela sua simplicidade de vida, pela forma assertiva de comunicar, através de imensas "parábolas dos gestos" simbólicos e significativos, que depressa nos trouxeram à memória o modo de falar e proceder do próprio Cristo, quando por cá andou!

Por detrás do seu olhar meigo e afável há um pensamento muito bem estruturado e uma prática pastoral vivida e consolidada na convivência com o quotidiano de milhões de pessoas da América Latina, bem distante e diferenciada dos "ares romanos" (vaticanistas), que se vai impondo através de um magistério ancorado no próprio Evangelho, como ficou demonstrado na sua primeira Exortação Apostólica: " A ALEGRIA DO EVANGELHO"!

Tomo a liberdade de citar algumas partes de uma alegada entrevista do então Cardeal Bergoglio ao jornalista Chris Mathews: "vocês (?) criaram um estado de bem-estar que consiste apenas em atender às necessidades dos pobres".

Mais: "Há políticos e políticas que, para aumentarem o seu poder, se especializaram na criação de pobreza!".

E ainda: "as ideologias que produzem a pobreza devem ser denunciadas, sendo a educação a grande solução para prevenir este problema".

Por fim: "…há algo que me irrita profundamente: o facto de os meios de comunicação social abordarem os problemas da pobreza sem se preocuparem em analisar as suas causas".

E, na forma de desabafo, (não traduzido textualmente) o então Cardeal Bergoglio, partilhava esta realidade sócio/política: o povo empobrece e logo a seguir está disponível para continuar a votar em quem o condenou à sua pobreza!

Ao interiorizar estas reflexões, e tendo em conta os tempos que vivemos, de "globalização da pobreza", nuns casos, através da "apropriação das migalhas dos pobres" por parte do grande capital financeiro, e noutros, ensaiando a "nacionalização das pessoas" como forma de lhes assegurar mais bem-estar social, interrogo-me: poderão estas reflexões do Papa Francisco dar algum contributo para a "luta contra a pobreza"?

“Uso de penumbra”

Henrique Rodrigues
Presidente
do Centro Social de Ermesinde

Foto: D.R.

1 - Terminei há pouco a peregrinação anual pelos cemitérios de Cinfães do Douro e de Abragão, onde estão sepultados alguns dos meus familiares mais próximos; situado, o de Cinfães, no cimo de uma colina sobranceira à vila, de onde a vista se espraia por um amplo e belíssimo trecho do vale do Douro; o de Abragão no enquadramento da Igreja Românica e da residência apalaçada do abade da freguesia, também situado no cimo de um outeiro, com larga vista sobre o vale do Tâmega.

Quer a Igreja de Abragão, quer a de Cinfães, mantêm sinais de enterramentos no seu interior, como acontecia antes de a Revolução Liberal ter, por razões de saúde pública, proibido essa prática e procedido à construção de cemitérios públicos nas diversas freguesias – ou paróquias, como então se chamava à circunscrição autárquica de menor escala -, inovação de que nos dá minuciosa descrição Alexandre Herculano, em particular.

Não sei se para tornear as reservas e resistências que o povo colocava à nova moda dos enterramentos fora do espaço sagrado – resistências cujo momento emblemático foi a Revolta da Maria da Fonte, com origem na Fonte Arcada, na Póvoa de Lanhoso -, o certo é que esses cemitérios públicos iniciais, na primeira metade do Século XIX, foram instalados em locais de particular harmonia e beleza.

E a verdade é que, respirando, em dias como estes, até ao fundo da alma, o ar agreste mas limpo das faldas do Montemuro, ou as brisas mais amenas do Baixo Tâmega, e circunvagando o olhar pelo vasto e familiar panorama em volta, quase que nos parecem aliviadas as penas da ausência, misturando à saudade alguma doçura.…

2 -

“… E depois o princípio
da morte da tua memória.
Há primeiro em todos um alívio
Da tragédia um pouco
maçadora de teres morrido…
Depois a conversa
aligeira-se quotidianamente,
E a vida de todos os dias retoma o seu dia…

Depois, lentamente esqueceste.
Só és lembrado em duas
datas, aniversariamente:
Quando faz anos que
nasceste, quando faz anos que morreste.
Mais nada, mais nada,
absolutamente mais nada.
Duas vezes no ano pensam em ti.
Duas vezes no ano
suspiram por ti os que te amaram,
E uma ou outra vez suspiram se por acaso se fala em ti.”

Não concordo com estes versos de Fernando Pessoa/Álvaro de Campos.

Prefiro-lhes os de Fernando Echevarría, a quem também roubei o título da crónica:

“Por vezes adormecem, nas palavras.
Quando à lareira sentamos a família,
se dissermos “o pai” como que paira
uma penumbra. E inclina
-se ao sono o peso da cabeça branca
que enevoa a cozinha.
Então, por dentro do silêncio, a casa
o corredor ilumina
que leva ao quarto aonde ainda a cama
apenumbra a almofada adormecida.
Havermos dito “o pai” chamou à alma,
um costume de paz e de família.”

Mas o certo é que o bulício, a vida agitada que levamos, muitas vezes nos não deixa entrar nessa penumbra – ou apenumbrar, para roubar à inspiração de Fernando Echevarría o feliz neologismo.

Ora, o Dia de Todos os Santos, que os usos acabaram por fundir com o Dia dos Fiéis Defuntos, permite pelo menos acrescentar um dia aos dois do poema de Pessoa, passando para três os dias que nos forçamos a lembrar mais fortemente os que, “inteiramente já do outro lado”, “ficam vendo como cresce a maré da madrugada sem as palavras de poder dizê-lo” (ainda Echevarría).

3 – Calhou bem, calhou a um sábado.

Parecia que estávamos ainda no tempo antigo, em que o dia 1 de Novembro era feriado nacional.

Também assim será no próximo ano, em que este dia cairá num domingo.

Percebi agora melhor as críticas da Oposição, e mesmo da Situação (como com Ribeiro e Castro), quando o actual Governo, alterando um artigo do Código de Trabalho, acabou, em 2012, com os feriados do 5 de Outubro e do 1 de Novembro; e percebi também a promessa da mesma Oposição de, ganhando as eleições de 2015, os restaurar.

Na realidade, se a actual maioria não continuar a sê-lo a partir de 2015, teremos que só em 2013 teve conteúdo efectivo a abolição do feriado de Todos os Santos.

Tanta perturbação, tanto restolho – para tão escassos resultados.

Mas, se percebo as Oposições, já percebo mal a insistência do Governo - que, por um único ano de vantagem, abriu então mais uma frente de luta, e de antipatia.

Então não seria mais razoável deixar a medida para 2015, caso renovasse a maioria – em vez de afrontar, por tão pequena vantagem, a tradição de tantos compatriotas, que fazem do 1 de Novembro, de par com o 15 de Agosto e a Véspera de Natal, os dias de maior mobilidade dos portugueses dentro do seu País?

4 – O 1 de Novembro de 2014 foi também o primeiro dia da nova Comissão Europeia, assinalando a saída de Durão Barroso – o português que mais alto subiu na esfera internacional, como dele disse o Presidente da República, a propósito da condecoração com o Grande Colar da Ordem do Infante D. Henrique, que lhe atribuiu.

(Mais alto do que Vasco da Gama …?!)

Pelo que li nos jornais, vem com reforma de 11.000 euros por mês, mais 25.000 euros de salário extra e subsídio de reintegração.

Para quem impôs os cortes nas reformas e pensões da classe média em Portugal, nos últimos anos, com propriedade se aplica o dito popular: bem prega Frei Tomás.

Mas nem isso.

É mau pregador.

Todos os Santos; ou Fiéis Defuntos?

CENTRO SOCIAL DE S. PEDRO, ALBERGARIA DOS DOZE

Ampliação do Lar aguarda financiamento

São conhecidas na região as tradicionais festas em Albergaria dos Doze em honra de S. Pedro. “Festas centenárias, segundo dizem os mais antigos”, mas o que se calhar poucos sabem é que o Centro Social local nasceu precisamente desses festejos, como conta Fernando Neves, presidente da Associação Centro Social de S. Pedro: “As festas eram realizadas anualmente por um grupo de mordomos escolhidos entre a população. Fiz a festa como mordomo em 1988/89, mas a partir daí houve muita dificuldade em arranjar mordomos. Então, em 1991, um grupo de pessoas começou a pensar em dar um caminho aos lucros da festa, para que não se fizesse a festa apenas por fazer, mas com um objetivo”.

É assim que nasce a única instituição de solidariedade social de Albergaria dos Doze, que tem “nas atribuições estatutárias fazer anualmente as Festas de S. Pedro e os proveitos financeiros gerados serem aplicados no Centro Social”, relata Fernando Neves e revela: “A Festa durante muitos anos foi uma grande fonte de receita. Hoje continua a ser, mas em menor escala”.

Então, esse grupo de albergarienses estudou em que é que uma futura instituição poderia ser mais útil à população.

“Verificámos que a terra era carenciada em termos de apoios sociais, nomeadamente para a população idosa. Já várias tentativas tinham sido feitas para constituir uma instituição deste género, mas foi a partir das Festas de S. Pedro que foi fundado o Centro Social de S. Pedro, em 9 de março de 1992”.

Assinale-se que durante 90 anos (1923-2013) Albergaria dos Doze foi freguesia. Hoje já não é, estando em processo de agregação com S. Simão de Litém (outrora a sede de freguesia) e Santiago de Litém, o que conferia à localidade uma identidade autárquica, sendo que, antes deste processo, contava com 1.765 habitantes, pelo Censos de 2011.

Mãos à obra e “o objetivo primeiro era construir um Centro de Dia, que arrancou em 1996”. Ainda nesse ano começou a funcionar apoio domiciliário “às pessoas mais carenciadas da freguesia” em instalações que cedidas por dois conterrâneos.

“Fazíamos a comida num lado e o tratamento da roupa noutro. Numa primeira fase beneficiámos do apoio do Centro de Dia João Costa da Fonseca, de Santiago de Litém, que confecionava, numa primeira fase, as refeições e nós tínhamos uma casa para tratamento de roupa. Depois passámos para a cozinha da nossa cozinheira”, recorda o presidente, explicando a ampliação com a área residencial: “Quando o Centro de Dia começou a funcionar, construído com o apoio do PIDDAC, candidatámo-nos à construção do Lar de Idosos. O objetivo era também beneficiar das infra-estruturas existentes, como a lavandaria, a cozinha, a sala de atividades… Estávamos em 1998 e conseguimos ser contemplados pelo Programa PILAR. Iniciámos a construção e inaugurámos o Lar e o Centro de Dia no mesmo dia, 22 de setembro de 2002”.

Só que aí surgiu o primeiro grande obstáculo: “Aconteceu uma coisa engraçada, é que nesse mesmo dia soubemos que o Lar não iria funcionar porque não tinha Acordo de Cooperação. Tivemos o Lar equipado e pronto a funcionar desde setembro de 2002 até julho de 2003, quando finalmente entrou em funcionamento. E começou logo a funcionar lotado, mas com as camas protocoladas”.

Mais tarde, e perante as limitações físicas e a vasta lista de espera, a instituição candidatou-se ao Programa PARES, com o objetivo de ampliar o Lar e construir uma Creche.

“Percebemos claramente que as 25 camas não satisfaziam as necessidades da população idosa, pois o SAD já não era suficiente e há pessoas que necessitam do nosso apoio à noite”, explica Fernando Neves, contando: “Fomos contemplados com a Creche, mas não com a

ampliação do Lar. Já estávamos a construir a creche e voltámos a candidatar o Lar, desta feita ao POPH, mas não fomos novamente contemplados".

Apesar dos desaires sofridos com as anteriores candidaturas, os dirigentes do Centro Social de S. Pedro não esmorecem na vontade de ampliarem o Lar.

"O projeto está aí, está aprovado pela Câmara Municipal e pela Segurança Social e está à espera de uma próxima oportunidade. É um projeto pendente", afirma o presidente da Direção, argumentando: "O alargamento do Lar seria para mais 15 camas. O projeto está feito, o terreno está aqui... A Creche quando foi construída já foi de forma a deixar espaço para o alargamento do Lar, que é uma necessidade urgente e premente… para ontem. Temos uma lista de espera de cerca de 60 pessoas. Todos os nossos utentes de Centro de Dia e do SAD são potenciais candidatos a uma vaga no Lar. Temos aí pessoas há cinco e seis anos à espera de vaga".

Nos dias que correm, o Centro Social de S. Pedro acolhe em Lar 25 idosos, mais 15 em Centro de Dia e 33 no SAD, enquanto a «Creche Pedrinho» alberga 16 petizes, empregando a instituição no total 34 colaboradores e ainda um médico, dois enfermeiros e um terapeuta em tempo parcial.

Sem poder avançar para a ampliação do Lar, a instituição investiu no melhoramento e alargamento do equipamento existente, unindo com áreas cobertas o edifício do Centro de Dia ao do Lar.

"Fizemos uma cozinha com o triplo da área, um refeitório em que duplicámos a área, uma nova sala de atividades, arrumações, criámos uma ligação fechada entre os dois edifícios e instalámos um elevador. Todas estas obras foram suportadas na íntegra pela instituição, com o apoio da Câmara Municipal de Pombal", descreve Fernando Neves, explicando que para tal foi necessário recorrer ao crédito bancário. Mesmo assim, as finanças da instituição mantêm-se equilibradas.

"A saúde financeira da instituição foi sempre positiva. Financeiramente a instituição nunca teve problemas. Assumimos sempre os nossos compromissos a tempo e horas, as nossas contas foram sempre aprovadas pelas entidades que nos tutelam e nunca tivemos fortes problemas de dinheiro, a não ser quando construímos o Lar e a verba não chegou… Aí andámos um ano e tal a patinar, mas depois lá conseguimos mais um subsídio da Segurança Social, equilibrámos as contas e temos andado bem. No final da construção da creche continuávamos com as contas equilibradas, porque a parte que nos coube suportar foi conseguida. Quando arriscámos fazer as obras de remodelação e ampliação do Centro de Dia, e dado que não houve cobertura de qualquer programa oficial, assumimos a expensas próprias e fizemos um crédito bancário".

Isto levanta alguns problemas, pois há uma dívida para saldar, mas o presidente da instituição não perde o sono por isso, visto a situação estar a ser gerida "com mestria".

"Neste momento, a saúde financeira da instituição está alterada apenas porque temos um crédito bancário para pagar. A Câmara Municipal deu uma ajuda para fazermos isto, mas se não têm sido estas obras, a saúde financeira da instituição era excelente e recomendava-se. Agora temos essa verba para pagar, porque pedimos 100 mil euros ao banco. Porém, tendo em conta o que vamos ouvindo que se passa por aí, até este crédito temos gerido com mestria", assegura.

No entanto, o crescimento da instituição está, para já, limitado. No entanto a Direção mantém-se atenta e se surgir a oportunidade ela será agarrada.

"Relativamente a projetos ficamos por aqui, mas, mesmo com este crédito por pagar, se abrir um programa no âmbito da Segurança Social que apoie a construção do Lar, vamos lá, porque é necessário, temos um projeto aprovado, temos terreno e temos vontade", sustenta Fernando Neves, frisando: "E, por outro lado, temos uma capacidade de risco que sempre deu resultados e avançaremos assim que abrir um programa. Agora a expensas próprias nem pensar, porque enquanto tivermos este crédito por saldar não podemos".

Mesmo assim, a Direção tem um "sonho", que passa pela construção de uma sala de fisioterapia e uma piscina.

"A piscina não lhe chamaria um objetivo, mas uma meta a longo prazo, pois seria pensar demasiado grande neste momento. Porém, a sala de fisioterapia tem que ser a médio-prazo, porque é uma necessidade. Os nossos utentes, principalmente os do Lar, são cada vez mais dependentes".

Zona de forte emigração, o território vai envelhecendo e a pobreza vai surgindo.

"Temos aqui casos de pobreza extrema. Temos gente que viveu bem a vida toda, casos de gente com algumas reformas de França, muitas delas não declaradas e não há mecanismos de controlar isso, casos muito carenciados e outros em que as reformas já fazem falta aos filhos. Por exemplo, aqui na instituição temos dívidas de utentes. Começamos a ter um problema que nunca tínhamos tido que é o de gente que não paga a mensalidade a tempo e horas e até casos de gente que faleceu e deixou dívida", contextualiza, recordando casos de grande indiferença para com os mais velhos: "Das camas protocoladas com a Segurança Social, temos aqui casos de abandono familiar completo e são pessoas do distrito. Já algumas vezes assistimos a pessoas enviadas pela Segurança Social que nem na hora da morte são procuradas pelos familiares".

E como seria Albergaria dos Doze? Fernando Neves começa por dizer que já muitas vezes fez a pergunta a si mesmo e responde: "Durante muito tempo não houve e não se dava pela falta, mas atualmente não consigo ver Albergaria dos Doze sem o Centro Social. Não consigo imaginar esta população que cuidamos diariamente sem o Centro Social. Por outro lado, também não consigo entender o território sem uma instituição deste género. É tanta a envolvência… Por exemplo, somos a maior entidade empregadora da antiga freguesia. É muito mau sinal o Centro Social ser a maior entidade empregadora! Não consigo ver esta terra sem a instituição, porque faz falta e já não passava sem ela. Alguns dos nossos utentes já teriam falecido, por certo. Não tenho dúvida de que o lema que adotámos há uns anos «Dar mais vida aos anos e dar mais anos à vida» funciona na plenitude para muitos deles. Demos qualidade de vida a muitos idosos e prolongámos-lhes o tempo de vida precisamente em função dessa qualidade. Depois, esta instituição está hoje intrinsecamente ligada à terra e esta já não pode viver sem ela, até pela dinâmica que a instituição imprime à própria terra".

Se tudo isto não bastasse, ou seja dar o pão (no sentido lato) a quem precisa, o Centro Social de S. Pedro também faz a festa… do seu patrono.

Em jeito de fecho histórico, de referir apenas que conta a estória que Albergaria dos Doze foi buscar o nome ao facto de ser uma terra de passagem, onde os viajantes procuravam albergue. E foi nos tempos de D. Afonso Henriques que ali foi criada uma albergaria, por ordem da rainha. A dúvida paira sobre se foi Dª Mafalda (a de Arouca) ou a sua avó Dª Mafalda, esposa do Conquistador. Estava-se qualquer coisa pelos anos 70, do século XII.

Pedro Vasco Oliveira (texto e fotos)

www.trivalor.pt

TRIVALOR
SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA IPSS

O Grupo Trivalor, composto por 14 empresas, está vocacionado para fazer o melhor pela sua IPSS.

Melhore a qualidade dos seus serviços, reduza e controle os seus custos recorrendo ao nosso vasto leque de soluções.

RESTAURAÇÃO SOCIAL E PÚBLICA . EMISSÃO DE TICKETS DE SERVIÇO . SEGURANÇA . LIMPEZAS . MANUTENÇÃO VENDING . FORNECIMENTO DE BENS ALIMENTARES E NÃO ALIMENTARES . GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS

AV. INFANTE SANTO, 21 A · 1350-177 LISBOA
TELEF.: 21 042 00 05 / 21 042 06 06
FAX.: 21 042 00 98 / 21 424 94 88
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

TRIVALOR

SETOR SOLIDÁRIO

Fundo de Reestruturação dá mais de 25 milhões de euros a 98 instituições

Mais de 25 milhões de euros vão ser distribuídos por 98 instituições sociais através do Fundo de Reestruturação do Setor Solidário, tendo outras 43 ficado de fora, algumas por não reunirem condições de reembolso. A lista está publicada na página do Instituto da Segurança Social (ISS) e revela as 98 entidades às quais foi aprovado o financiamento, num valor global de 25.104.555,65 euros.

As instituições sociais não recebem todas o mesmo valor e a verba mais elevada chega aos 500 mil euros, sendo atribuída a dez, entre a Obra Social de Torre de Vilela, em Coimbra, a Santa Casa da Misericórdia de Montijo ou o Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no Porto, por exemplo.

Entre as Misericórdias foi aprovado financiamento a 21 (Albufeira, Alfândega da Fé, Bragança, Cascais, Celorico de Basto, Covilhã, Espinho, Fornos de Algodres, Fundão, Manteigas, Mirandela, Montijo, Penacova, Ponte da Barca, Ribeira de Pena, São João da Madeira, Sernancelhe, Serpa, Tarouca, Vila de Pereira e Vila Verde), no valor global de 7.507.440,29 euros. Este valor representa cerca de 30% do total que foi agora distribuído pelas 98 instituições.

A verba mais baixa é de 15.183,90 euros e foi atribuída à Associação de Solidariedade Social de Vila Cova, em Penafiel. Na lista total constam 99 associações, mas o Espaço T, Associação para o Apoio à Integração Social e Comunitária, no Porto, desistiu do apoio ainda durante o mês de agosto.

Por outro lado, há 43 instituições em relação às quais foi decidido não financiar, havendo em relação a quatro a indicação de não reunirem as condições de reembolso, sendo elas a Associação de Pais para a Educação, Cidadania, Desenvolvimento e Apoio, em Braga, a Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel, em Soure, a Associação de Solidariedade de Montejunto, em Lisboa, e o Centro Social de São Pedro do Afonsoeiro, em Montijo.

Fotos: D.R.

No decorrer da audição na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP), o ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social disse que a verba do Fundo de Reestruturação do Setor Solidário iria "chegar brevemente" às 99 entidades cujas candidaturas foram aprovadas em concurso.

TSR
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

WWW.TSR.PT

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO!
AS PESSOAS PRECISAM DE SI!

19 ANOS

JUNTO DAS:
Instituições Particulares Solidariedade Social
Santas Casas da Misericórdia
Associações Mutualistas

• DEMONSTRAÇÕES GRATUITAS
• INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
nas vossas instalações.
• ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA GRATUITA

APLICAÇÕES

TSR - CONTABILIDADE ESNL
TSR - UTENTES IPSS
TSR - IMOBILIZADO ESNL
TSR - PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA Módulo de Receitas, Meios Complementares de Diagnóstico.
TSR - LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS
TSR - SISTEMA INTEGRADO DE TESOURARIA TSR - Utentes, TSR - Bancos, TSR - Associados, TSR - Rendas, TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores.
TSR - QUALIDADE Terceira Idade, Infância e Juventude, Apoio na Vida Quotidiana.
TSR - ORDENADOS
TSR - STOCKS Por economatos, cozinhas IPSS.
TSR - UNIDADES DE SAÚDE Unidades de Cuidados Continuados, Hospitais, Clínicas, Fisioterapia, Imagiologia, etc.
TSR - PROCESSOS CLÍNICOS
TSR - CONTROLO DE MEDICAÇÃO
TSR - VIATURAS
TSR - ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
TSR - CONTROLO DE CORRESPONDÊNCIA
TSR - GESTÃO COMERCIAL
TSR - MÓDULO DE ORÇAMENTOS

— CLIENTES 100% SATISFEITOS
— SOLUÇÕES DE ELEVADA PERFORMANCE
— 6500 APLICAÇÕES EM FUNCIONAMENTO
— 800 INSTITUIÇÕES

Rua dos Cutileiros, 2684 1º - Sala 11
4836-908 Guimarães
Tlf.: [+351] 253 408 326 (3L/BA)
Tlm.: [+351] 939 729 729
Fax: [+351] 253 408 328
Email: tsr@tsr.pt

apcer ISO 9001 · IQNet

ASSISTE – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE CORTES, LEIRIA

Sonho do Lar de Idosos continua vivo

Cortes situa-se às portas de Leiria e é daquelas freguesias que já não o é, agregada que foi, com Pousos e Barreira, à da sede do concelho, Leiria. População iminentemente rural e muito envelhecida, a Assiste é o porto de abrigo de muitas dessas pessoas, ora através do SAD, ora do Centro de Dia.

Pouco passava das 10h00 quando a primeira carrinha da instituição com os primeiros utentes chega, começando o edifício a encher-se aos poucos de gente e boa-disposição. Enquanto uns se ficam pelo espaço exterior passeando em torno do edifício, quais caminhantes dando anos à vida, apreciando a paisagem que no horizonte vê erguer-se a Serra da Senhora do Monte e no rosto vão sentindo uma brisa fresca a adivinhar chuva. Pouco depois as primeiras pingas caíam… mas disso também não passou.

No interior, enquanto uns menos autónomos se acomodavam, as colaboradoras preparavam a atividade matinal que consistia em descascar nozes para a posterior feitura de um bolo. A tradição manda que por altura do Dia de Todos os Santos se coma bolo de noz. Então, uns de martelo na mão e os demais de dedos afiados para retirar o miolo da casca, lá se passou mais uma animada manhã, que mais tarde deverá ter dado um belo lanche.

São 19 os utentes que frequentam o Centro de Dia e ali desenvolvem as mais diversas atividades.

No exterior, a instituição ajuda 48 idosos através do Serviço de Apoio Domiciliário, confeciona 110 refeições/dia para as escolas de Cortes e leva ajuda alimentar a cerca de 20 famílias, no âmbito do PCAAC (Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados). Para desenvolver toda esta ação social, a Assiste conta com um corpo de 21 funcionários.

A instituição é ainda a gestora de um ATL frequentado por 31 crianças, por solicitação da autarquia, e que funciona mediante um protocolo com uma instituição que já se dedicava a essa valência.

A Câmara Municipal de Leiria solicitou que a Assiste efetue o transporte das crianças para as três escolas existentes, "uma forma da população ver que a instituição tem um papel importante na vida da comunidade".

A Assiste nasceu em 1997 e dois anos volvidos estava a servir a primeira refeição do que era o arranque do Serviço de Apoio Domiciliário. Uma década volvida sobre a fundação da instituição dá-se início à construção do edifício-sede, que passará também a albergar o Centro de Dia, e que cerca de um ano depois entrava em funcionamento.

Anteriormente, a instituição funcionava na Casa Paroquial, até que o terreno no lugar de Alqueidão, de 20 mil metros quadrados onde agora está sedeada, foi doado à instituição, pelo sócio e benemérito António Gonçalves de Oliveira, membro dos órgãos sociais da instituição.

"Foi necessário recorrer à Banca para construir a sede", refere Alberto Achando, presidente da Direção há quatro anos, explicando que, apesar do crédito por saldar, a situação económico-financeira é estável: "Não está ainda regularizada essa dívida, mas está a caminho de se resolver. A saúde financeira da instituição está bem. Não nos podemos queixar dessa parte, devemos dinheiro, é verdade, não é muito, mas ainda devemos. De qualquer maneira temos dinheiro para o dia-a-dia".

Por seu turno, o diretor-técnico Sérgio Marto sublinha que esta estabilidade existe, "porque se mantém uma política muito rigorosa de controlo dos custos".

A navegar em águas seguras, a Assiste acalenta o sonho de construir uma Estrutura Residencial Para Idosos, "o grande projeto da instituição", afirma Alberto Achando, dando conta do que tem obstaculizado à sua concretização: "Estamos a desenvolver esse processo

de construção de um lar. Está em andamento, mas tem havido alguns obstáculos, porque a nossa sede, e respetivo terreno, está inserida numa zona de RAN (Reserva Agrícola Nacional), portanto há uma grande dificuldade em libertar terrenos para construção. No entanto, o PDM está a ser alterado e temos a promessa da libertação de 1200 metros quadrados, para ampliarmos este edifício. Será numa ala que já está mais ou menos programada que construiremos um Lar com a capacidade de 30 quartos. Por isso, penso que dentro de alguns anos isso será uma realidade".

Para o presidente da instituição de Cortes, "este é o grande objetivo e o grande projeto da instituição", revelando que a instituição está a pesquisar formas de financiamento que passam pelo próximo Quadro Comunitário de Apoio: "Estamos em estudo para ver da possibilidade de nos candidatarmos ao Portugal 2020. Estamos a tentar ver onde podemos ir buscar algum financiamento, mas penso que será muito difícil, porque o conhecimento que temos é que não deverá haver verbas para lares de idosos".

Os dirigentes da Assiste não estão muito crentes na abertura de financiamento para lares, até porque "a verba disponível será mais dirigida para a deficiência e não para a terceira idade", acrescenta Sérgio Marto, no que é acompanhado pelo presidente da Direção: "Dizem-nos que será difícil arranjar financiamento para lar de idosos, até porque já há resposta na nova freguesia. Como fazemos parte da freguesia agregada de Leiria, com 30 mil habitantes, uma área geográfica enorme e onde já há diversas instituições com lar. Esta resposta social em Leiria já é bastante alargada, não digo que seja a suficiente, mas é bastante alargada, por isso, eles neste momento apostam em outras áreas, como os Centros de Noite".

Perante o contexto social de Cortes e o momento atual, o Centro de Noite poderá ser, numa primeira fase, a forma de a instituição chegar a mais pessoas e, assim, cobrir mais necessidades dos idosos da zona.

"Se calhar, o Centro de Noite poderá ser uma boa solução para a região e já ponderámos essa hipótese. Se não conseguirmos construir o lar, começamos por um Centro de Noite e depois vamos caminhando lentamente para a valência Lar.

Não sei como será, mas são situações a analisar no futuro", sustenta Alberto Achando, que acrescenta: "A nossa instituição tem vindo a crescer na resposta que dá à medida que as outras instituições vão ficando lotadas, pelo que a nossa área de ação é vasta e tem crescido. Em diálogo com as outras instituições, temos, de facto, alargado a nossa área de ação".

E juntamente com este alargamento de área de influência e com o projeto, para já, adiado do Lar de Idosos, a Assiste tem outros projetos, alguns já abandonados, mas outros que pretende implementar assim que possível.

"A Direção tinha um projeto para uma creche, mas nos dias que correm os tempos são complicados para essa resposta social. As famílias têm vindo a diminuir e esse é um projeto que nos passou pela cabeça ainda primeiro do que o do lar, mas hoje é algo que não dá para avançar", revela o presidente, acrescentando: "O desemprego também aqui chegou e as famílias em que só o pai trabalha, a mãe está em casa e cuida das crianças".

Por seu turno, Sérgio Marto avança com outras razões que justificam a não abertura de uma creche em Cortes: "Também tem que ver com a questão demográfica, porque não se permite muito a fixação das pessoas. O PDM não permite construir e os jovens acabam por ir para outros locais e os que aqui estão vão-se embora".

É o desenvolvimento local que sofre, assistindo-se à fuga dos mais novos para a vizinha Leiria e não só.

Mas há outros projetos na Assiste que visam reforçar a resposta que dá à população, cada vez mais envelhecida.

"Temos falado no reforço da resposta do Apoio Domiciliário. Não é transformá-lo num SAD alargado, mas caminhar para um SAD mais completo, em que durante a noite haja um reforço da equipa com pessoal com conhecimento médico e de enfermagem. Queríamos melhorar e aumentar o tipo de serviços que prestamos, especialmente integrar nas equipas a vertente clínica, para fazer um trabalho de qualidade e mais completo. E pensamos que esse é o próximo passo a dar", defende o diretor-técnico, explicando que esse tem sido um propósito da instituição subjacente à formação que é dada aos colaboradores: "A instituição aposta muito na formação dos funcionários e temos tido de forma exaustiva sessões de formação, na área da saúde inclusive. Fizemos uma aposta na Tipologia 2.6, que é mais voltada para os conhecimentos da área da saúde e fomos das poucas instituições contempladas com esse programa. Fizemos uma formação bastante exaustiva, mas continuam a ser auxiliares de ação direta, não são pessoas com conhecimentos de enfermagem".

Esta aposta na formação tem um objetivo muito claro, como refere Alberto Achando: "Os últimos dois anos e meio foram repletos de ações de formação do pessoal, porque assim se melhora o serviço e as pessoas ganham mais confiança na instituição. Temos vindo a crescer lenta mas sustentadamente. Começámos com pouca gente e, quando esta Direção entrou em funções, há quatro anos, apostou na formação do pessoal e no alargamento das respostas".

Nesse sentido há uma outra ideia a fervilhar nos dirigentes da Assiste e que passa pela criação de uma Escola de Pais.

"É um projeto a curto prazo para dar algum apoio e formação às famílias. Dar-lhes competências para lidar com os mais diversos problemas e situações da vida atual. E isto não se cinge aos pais, pois a ideia é ser extensível aos cuidadores que estão em casa a tratar de dependentes. Pequenas coisas que podem fazer uma grande diferença na qualidade de vida dos que são cuidados", argumenta Sérgio Marto.

Abertura da instituição à comunidade tem sido outra aposta da Direção, através da qual tem realizado alguns eventos, como noites de fado e outros, com um propósito bem definido: "O dinheiro angariado não serve para a gestão corrente da instituição, mas para comprar equipamentos novos para uso dos utentes. Já conseguimos comprar duas camas articuladas e a próxima aquisição é uma grua de transferência de dependentes".

Neste âmbito, a Direção criou há três anos o Dia da Assiste, sempre em junho, que consiste num almoço de confraternização para reforço das relações com a comunidade.

Pedro Vasco Oliveira (texto e fotos)

Sogenave
Distribuição alimentar
As melhores marcas.

40 anos a servir
as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de produtos alimentares e não alimentares, que lhe permite abastecer-se integralmente com um único fornecedor.

Adicionalmente, e caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- **Ementas validadas por nutricionistas;**
- **Capitações adequadas;**
- **Soluções económicas;**
- **Sugestão de encomenda com base na ementa;**
- **Estime e controle os seus custos.**

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de recepção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos. A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.

TEMOS A SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS
NORTE: 220 406 990 / 911 047 280
SUL: 210 420 000 / 916 185 205
www.sogenave.pt

apcer ISO 9001 · apcer ISO 14001 · apcer ISO 22000 · IQNet

SOGENAVE - Sociedade Geral de Abastecimentos à Navegação e Indústria Hoteleira, S.A.
Lisboa • Rua da Garagem, 10 • 2794-022 Carnaxide • Porto • Rua das Cardosas, n.º 1495 • S. Pedro Fins • 4425-510 Maia

PEDRO MESQUITA

O mundo prendeu-me cá dentro...

Ficha Técnica

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua Júlio Dinis, 931-3.º Esquerdo - 4050-327 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 59 32 **Fax:** 22 600 17 74 - **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com **Director:** Padre Lino Maia

Editor: V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira, Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva e Padre José Maia

Paginação: Carmo Oliveira - **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia

Tiragem: 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

UNICEF

Crianças portugueses reconhecem dificuldades dos pais em comprar bens essenciais

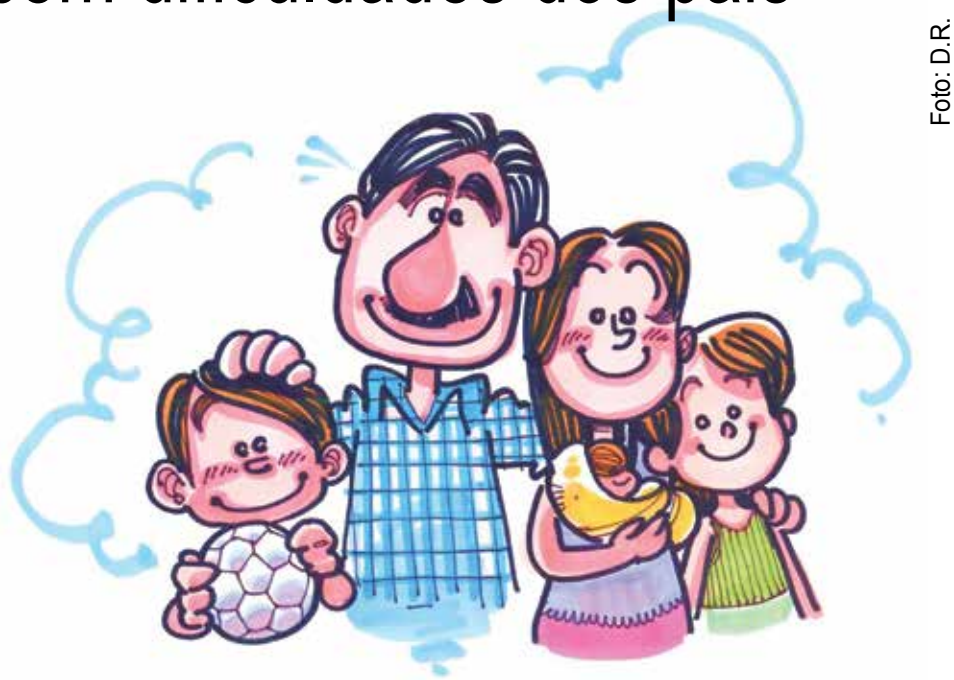


Foto: D.R.

Crianças portugueses inquiridas num estudo da Unicef reconhecem as dificuldades dos pais em comprar carne, peixe e iogurtes e em pagar as contas da casa devido à crise económica que o país atravessa.

O estudo, que foi realizado entre março e maio de 2013, e envolveu 77 crianças e adolescentes com idades entre os oito e os 17 anos, pretendeu analisar o modo como as crianças observam a atual crise e sentem o seu impacto no dia-a-dia. "As crianças consideram que os adultos estão pressionados pelo trabalho ou pela falta dele e falam das dificuldades em assegurar o consumo de bens essenciais", refere o estudo, que integra o primeiro relatório publicado do Comité Português para a Unicef "As Crianças e a Crise em Portugal -- Vozes de Crianças, Políticas Públicas e Indicadores Sociais, 2013", que analisa a realidade desta população em Portugal num contexto de crise.

Segundo o estudo, as crianças de famílias menos afetadas pela crise apontam estratégias de racionalização de gastos, como não comprar a mais, comprar marcas brancas, ir menos a restaurantes ou reduzir os presentes no Natal, e têm maior consciência sobre a necessidade de contenção relativamente e de poupança.

Já as crianças de famílias em situação de vulnerabilidade económica referem cortes significativos no consumo de alguns alimentos essenciais como carne, peixe e iogurtes, cortes em vestuário e calçado, assim como mudanças de casa, cortes nas atividades extracurriculares e mais dificuldades para pagar as contas.

Quando questionadas sobre o que desejam para si ou para a sua família no futuro um número significativo de crianças e adolescentes referem um emprego estável e "um rendimento que lhes permita viver mais desafogados e ter saúde e bem-estar".

Salientam também o papel dos avós, que algumas vezes ajudam os pais financeiramente. Contudo, o estudo observa que "a geração dos avós está a ter mais dificuldade em assegurar o apoio às gerações mais novas devido a problemas económicos".

O relatório sublinha que "o aumento das desigualdades sociais e diminuição da qualidade de vida tem tido consequências muito significativas no bem-estar e no gozo efetivo dos direitos das crianças que vivem em Portugal".

"As crianças e adolescentes que deram o seu contributo para este estudo consideram que Portugal é hoje um Estado pobre, desigual e injusto e partilham descrédito pela política e pelos políticos", salienta.

A Unicef afirma que é "neste clima de incerteza e instabilidade que as crianças constroem valores sociais, como solidariedade e respeito, e criam perceções sobre o país, o Estado e o mundo".

As crianças manifestaram-se "claramente sensíveis" às questões da igualdade e justiça sociais e sugerem que "para vencer a crise é preciso mudança".

Para a Unicef, é preciso ouvir a voz das crianças e a suas opiniões sobre os problemas que as afetam. "Além de ser um direito, e como tal uma obrigação da sociedade e de todos os seus agentes, constitui um elemento indispensável quando analisamos a sua situação e o contexto em que vivem. Se, de facto, queremos conhecer as crianças que vivem em Portugal, não podemos prescindir de ouvir as suas opiniões", defende no documento.

Alguns dos dados mais relevantes:

• O risco de pobreza é mais elevado em famílias com filhos, nomeadamente, em famílias numerosas (31%) e em famílias monoparentais (41,2%).

• Entre Outubro de 2010 e Junho de 2013, o número de casais desempregados inscritos no Centro de Emprego aumentou de 1.530 para 12.065 (cerca de 688%).

• Em 2012, cerca de uma em cada quarto crianças em Portugal (24%) vivia em agregados com privação material (i.e. famílias com dificuldade ou incapacidade de pagar um empréstimo, renda de casa, contas no prazo previsto; ter uma refeição de carne ou peixe a cada dois dias; fazer face a despesas imprevistas).

• 546.354 crianças perderam o direito ao Abono de Família entre 2009 e 2012. O acesso a esta prestação tornou-se mais restrito e os montantes atribuídos por criança diminuíram.

• Entre 2010 e 2013, registou-se uma redução no apoio económico do Estado às famílias, que em 2009 era já inferior à média dos países da OCDE (1.71% e 2.61% do PIB respectivamente), e um aumento dos impostos.